

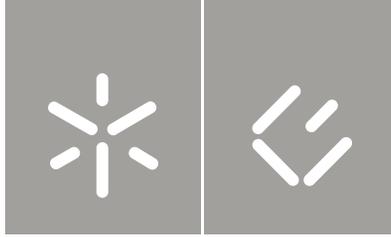


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Maria Adriana Silva Pereira
A Formação como investimento em Capital Humano, Emprego e
Inserção Social. O caso dos Cursos de Educação e Formação de Adultos

Maria Adriana Silva Pereira

A Formação como investimento em
Capital Humano, Emprego e Inserção
Social. O caso dos Cursos de Educação
e Formação de Adultos



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Maria Adriana Silva Pereira

A Formação como investimento em Capital Humano, Emprego e Inserção Social. O caso dos Cursos de Educação e Formação de Adultos

Tese de Mestrado
Mestrado em Economia Social

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Sílvia Sousa

Abril de 2013

Declaração

Nome: Maria Adriana Silva Pereira

Endereço eletrónico: dri_masp@hotmail.com

Número de Identificação Civil: 12068248 6ZZ6

Título dissertação: A Formação como Investimento em Capital Humano, Emprego e Inserção Social. O caso dos Cursos de Educação e Formação de Adultos.

Orientadora: Professora Doutora Sílvia Sousa

Ano de conclusão: 2013

Designação do Mestrado: Economia Social

É autorizada a reprodução integral desta dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura:

Agradecimentos

À minha família e amigos, pelo apoio, pela força e encorajamento no decorrer de toda a minha jornada formativa.

Aos colegas de curso, pelo companheirismo e dedicação ao longo deste tempo, especialmente à Carla e à Lúcia.

À minha orientadora Professora Doutora Sílvia Sousa, pelo tempo dispensado e pelas críticas construtivas.

A todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

À minha avó, que mesmo não estando presente, inspirará sempre o meu percurso de vida.

Resumo

O elevado número de adultos com indicadores elementares de escolarização, que frequentam ou frequentaram os Cursos de Educação e Formação de Adultos, tem colocado no centro da agenda pública as problemáticas das políticas sociais prosseguidas neste campo, fazendo com que se interroguem os seus pressupostos e a sua eficácia em matéria de promoção da inserção social e profissional destes adultos. Estas políticas têm como principal objeto o de contribuir para o aumento dos níveis de certificação dos indivíduos pouco escolarizados, ao mesmo tempo que procuram com este exercício qualificar os recursos humanos para o mercado de trabalho e fomentar a cidadania e a participação social. A educação neste contexto adquire uma responsabilidade social acrescida, já que a valorização através das qualificações do Capital Humano deverão concorrer para o enquadramento dos indivíduos no mercado de trabalho. A eficácia destas políticas mede-se pelo grau de inclusão pessoal e laboral atingido, formando os recursos humanos para um desempenho laboral fundado em valores de responsabilidade individual na aquisição de um quadro atualizado de competências com valor de mercado.

Foi realizado um estudo de caso a um grupo de 79 formandos, com o objetivo de retirar ilações acerca dos contributos da formação para a inclusão social e profissional destes indivíduos. Com os resultados pretende-se averiguar a eficácia das medidas políticas aplicadas ao campo da Educação e Formação de Adultos, e abrir caminho para eventuais estudos futuros, cuja realização contribua para que se supere o défice de conhecimento neste campo de estudo.

Palavras – Chave: Formação, Capital Humano, Emprego, Inserção Social

Abstract

The number of adults with high indicators of elementary school, who attend or attended the Education and Training of Adults, is placed in the center of the public agenda the issues of social policies pursued in this field, causing them to interrogate their assumptions and their effectiveness in the promotion of social and professional integration of these adults. These policies have as their main object of contributing to the increased levels of certification for individuals with little education, while seeking to qualify this exercise human resources for the labor market and promoting citizenship and social participation. Education in this context acquires a social responsibility increased, since the value of qualifications through Human Capital should compete for the classification of individuals in the labor market. The effectiveness of these policies is measured by the degree of personal inclusion and labor reached, forming the human resources to perform labor founded on the values of individual responsibility in the acquisition of an updated picture of skills with market value. We conducted a case study to a group of 79 trainees, in order to draw conclusions about the contribution of education to social and professional inclusion of these individuals. With the results it is intended to determine the effectiveness of policy measures applied to the field of Education and Training of Adults, and pave the way for possible future studies, implementation of which contributes to that overcomes the lack of knowledge in this field of study.

Keywords: Training, Human Capital, Employment, Social Inclusion

Índice

I.Introdução	15
Capítulo I – O Capital Humano enquanto motor de crescimento e desenvolvimento económico	21
1.A educação como fator de adaptabilidade social e tecnológica	24
2. A produtividade e o crescimento económico associado ao conhecimento	25
Capítulo II – A importância dos Cursos de Educação e Formação de Adultos no contexto Europeu e Nacional	29
1.A relevância da Educação de Adultos na Europa	29
2.As políticas de Educação de Adultos na União Europeia e em Portugal ...	33
3. Breve exposição acerca do processo evolutivo da história do sistema educativo em Portugal.....	35
Capítulo III – Políticas ativas de emprego – A resposta integrada da União Europeia e de Portugal.....	39
1.Políticas de emprego na Europa	39
2. Políticas de emprego em Portugal	41
CAPÍTULO IV – O Caso dos Cursos de Educação e Formação de Adultos	45
1.A Amostra	48
2 - Exposição, análise e discussão de resultados.....	51
Capítulo V – A formação como instrumento de inclusão social.....	63
Conclusão	65
Bibliografia.....	67
Anexos	71
Anexo I. Pré- Questionário	71
Anexo II. Questionário.....	77
Anexo III. Apêndice de Quadros.....	82
Anexo IV - Eixos de atuação do POPH	91

Índice de Figuras

Figura n.º 1 - Taxas de abandono escolar e desemprego em Portugal e na UE, em 2011	32
Figura n.º 2 - Número de alunos matriculados até ao ensino secundário em Portugal, em 2011	32
Figura n.º 3 - Localização do distrito e concelho da amostragem	46

Índice de Gráficos

Gráfico n.º 1 - População ativa de 15 a 64 anos, por nível de escolaridade completo, em 2011	16
Gráfico n.º 2 - População residente segundo nível de escolaridade, em 2011	49
Gráfico n.º 3 - População residente, por género, em 2011	51
Gráfico n.º 4 - População residente em 2011, segundo os grupos etários	52
Gráfico n.º 5 - Situação face ao emprego	54
Gráfico n.º 6 - População residente e desempregada, em 2011	55
Gráfico n.º 7 - Atualmente está a beneficiar de algum tipo subsídio?	55
Gráfico n.º 8 - Contribuição dos subsídios de formação, para as despesas de formação	56
Gráfico n.º 9 - Contribuição dos subsídios de formação, para as despesas do agregado familiar	56
Gráfico n.º 10 - Contributos da formação ao nível profissional	59
Gráfico n.º 11 - Contributos da formação ao nível pessoal	59

Gráfico n.º 12 - A formação permitiu adquirir:	60
Gráfico n.º 13 - Contributos da formação ao nível pessoal	60
Gráfico n.º 14 - No final desta formação pretende continuar o seu percurso formativo?	61

Índice de Quadros

Quadro n.º 1 - Participação em aprendizagem ao longo da vida, Educação formal e não formal da população com idade entre 18 e 64 anos, por escalão etário, 2007-2011 (%)	17
Quadro n.º 2 - Constituição da amostra	49
Quadro n.º 3 - Distribuição de amostra em função do género	51
Quadro n.º 4 - Distribuição da amostra em função das idades dos formandos	52
Quadro n.º 5 - Distribuição da amostra relativamente ao curso dos participantes	53
Quadro n.º 6 - Distribuição da amostra em função do tipo de desemprego	54
Quadro n.º 7 - Acha que a formação poderá facilitar-lhe a obtenção de um emprego?	56
Quadro n.º 8 - O que recebe de subsídios de formação, representa:	57
Quadro n.º 9 - Qual o seu rendimento líquido mensal?	57

Lista de Abreviaturas

ANEFA – Agência Nacional da Educação e Formação de Adultos

B1 – Básico 1.º Ciclo

B2 – Básico 2.º Ciclo

B3 – Básico 3.º Ciclo

CNO' s – Centros Novas Oportunidades

CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos

CRVCC – Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

EFA – Educação e Formação de Adultos

UE – União Europeia

IAS – Indexante dos Apoios Sociais

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IGSFE - Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

INE – Instituto Nacional de Estatística

IOSI – Instalação e Operação de Sistemas Informáticos

NLI – Núcleos Locais de Inserção

NS – Nível Secundário

OCDE – Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Económico

PIB – Produto Interno Bruto

POPH – Programa Operacional Potencial Humano

QREN – Quadro Referência de Estratégia Nacional

RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida

RSI – Rendimento Social de Inserção

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

I.Introdução

O presente estudo procura analisar os impactos produzidos pela Educação e Formação de Adultos ao nível do capital social, do emprego e da inserção social. As políticas sociais têm sido um instrumento colocado ao serviço da implementação de dispositivos facilitadores da acessibilidade dos adultos menos escolarizados a processos e modalidades formativas. A implementação destas políticas têm sido acompanhadas por medidas promotoras da inclusão social e profissional.

A Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos foi constituída com o objetivo de criar as condições políticas e sociais para que os adultos portugueses pudessem incrementar os seus níveis qualificacionais e com essa ação atenuar a distância estatística que separa Portugal dos restantes países europeus em matéria de níveis de qualificação escolar e profissional da sua população adulta. Este movimento qualificacional ascendente gerou ainda uma melhoria da qualificação da população pouco escolarizada, formando parte deste segmento de mão-de-obra com competências de navegação num mercado de trabalho marcado pela turbulência e pela incerteza.

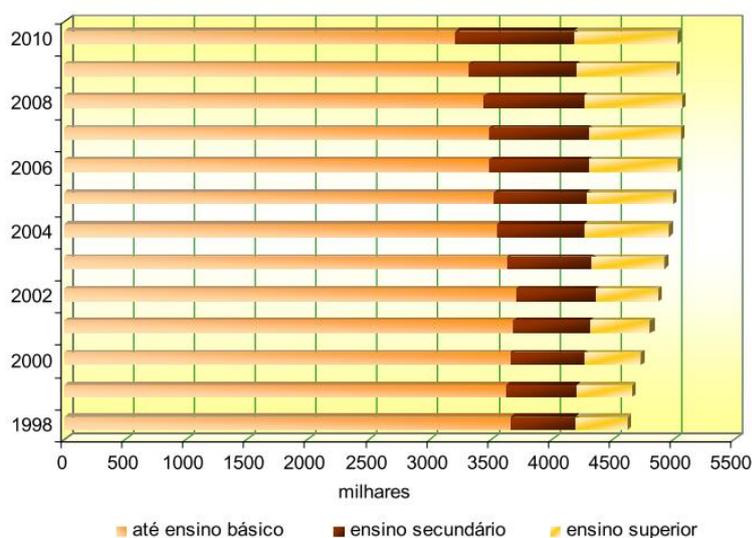
Segundo o Inquérito ao Emprego de 2000, do INE, mais de três milhões (64,2%), num universo de quase cinco milhões de ativos, ainda não tinham atingido o 9.º ano de escolaridade (considerado, na altura, o limiar do ensino *obrigatório*). Esse mesmo inquérito demonstrava ainda que 8,9% da população ativa portuguesa não possuía qualquer nível de instrução, que 33,9% não tinha ido além dos quatro anos de escolaridade e que 21,4% havia ficado pelos seis anos¹. Seguindo os exemplos dos parceiros europeus, Portugal teria de fomentar as políticas sociais como forma de estimular o aumento de qualificações, aumentar o nível de emprego incitando deste modo a coesão social.

Resultados mais recentes, obtidos a partir do Inquérito ao Emprego de 2010 (gráfico n.º 1), revelam números respeitantes às alterações dos níveis de

¹ Fonte: <http://www.portugal.gov.pt> (acedido em 21/04/2013)

escolaridade completos da população ativa. Pela observação dos números apresentados para o período temporal entre 2000 e 2010, a população ativa com escolaridade completa referente ao 3.º ciclo ou inferior registou um decréscimo de 77% em 2000 para 63,7% em 2010 respetivamente. No que diz respeito aos indicadores para a população ativa que detém o nível de ensino secundário ou o nível de ensino superior completo, refletem evoluções inversas de 12,8% para 19,4% e de 9,9% para 16,9%², respetivamente. Estes resultados refletem uma evolução no aumento de qualificações, gerados igualmente pelo grau de qualificação da força do trabalho, sendo reflexo das políticas que promovem o aumento de qualificações.

Gráfico n.º 1 - População ativa de 15 a 64 anos, por nível de escolaridade completo, 2011.



Fonte: IGFSE,INE, Inquérito ao emprego, 2010

O Conselho Europeu de Lisboa, realizado em março de 2000, foi o ponto de partida para desenvolver e acionar mecanismos que permitiram colocar os níveis de qualificação dos portugueses noutra patamar, de forma a recuperar lacunas anteriores que contribuíram para o retrato pouco escolarizado da população adulta até aquele momento. Comparativamente com a Europa, em 2005, Portugal apresentava um quadro empobrecido no que diz respeito ao

² Fonte: <http://www.igfse.pt/> (acedido em 21/04/2013)

nível de qualificação, que em conjunto com Malta detinham as menores taxas de população com o ensino secundário, na facha etária dos 20 aos 24 anos ficando-se pelos 50%, perante uma média da Europa dos 25 já acima dos 75%. Assim sendo e perante este quadro educativo que se situava muito aquém da realidade dos nossos parceiros da União Europeia, foi necessário em articulação com o QREN, o POPH, o IEFP e os CNO' s desenvolver percursos educativos que possibilitassem o aumento de habilitações e a qualificação da mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Os números inerentes ao Inquérito à Educação e Formação de Adultos de 2011 evidenciados pelo INE, em 2012 (quadro n.º 1), aferem que 45,9% da população com idade entre os 18 e os 69 anos participou em atividades de aprendizagem ao longo da vida em 2011. Comparativamente com o ano de 2007, registou-se um aumento de significativo na ordem dos 17,9%.

Quadro n.º 1 – Participação em aprendizagem ao longo da vida, educação formal e não formal da população com idade entre 18 e 64 anos, por escalão etário, 2007-2011 (%)

	Aprendizagem ao longo da vida (educação formal ou não formal)		Educação formal		Educação não formal	
	2007	2011	2007	2011	2007	2011
TOTAL (18-64 anos)	30,9	48,8	12,0	16,6	23,1	41,5
18-24 anos	60,8	79,3	49,1	60,1	27,4	54,2
25-34 anos	40,2	59,8	13,8	17,7	31,8	52,9
35-44 anos	28,5	52,2	6,4	12,8	24,7	46,4
45-54 anos	22,0	41,4	3,1	8,0	20,0	37,1
55-64 anos	10,8	22,0	1,2	3,0	10,1	20,2

Fonte: INE, Inquérito à Educação e Formação de Adultos de 2011

Os resultados revelam a importância da Educação de Adultos e consequentemente os seus benefícios para a sociedade, estando intrinsecamente ligada ao Capital Humano, proveniente da aprendizagem ao longo da vida e dos mais variados processos educativos. Estes números emergem necessariamente para a inovação e o crescimento económico. A aquisição de conhecimentos implica uma qualificação do saber fazer, e numa condicionante imprescindível que traduz o valor da educação/formação. O

conhecimento é a fonte de riqueza de vastas dimensões, que situam o ser humano no patamar que permite encontrar/dar a respostas mais adaptadas aos níveis profissionais, tecnológicos e sociais. “ *A aprendizagem intelectual*” permite ao indivíduo transpor as suas ideias e pensamentos para a prática, fornecendo uma maior agilidade mental, tornando-se mais flexível e adaptando-se mais facilmente a cada ambiente laboral, facilitando a sua autonomia, capacidade de decisão e desta forma adquirir a capacidade de dar uma solução mais rápida aos problemas. (Fuente, 2011).

O contributo da formação acarreta uma responsabilidade social para com a educação, pois é através da mesma que se verifica a possibilidade do aumento de qualificações, traduzido por um acréscimo de Capital Humano, proporcional à aquisição de conhecimentos. O aumento de conhecimento implica que os indivíduos se sintam mais capazes, mais preparados para o mercado de trabalho sendo uma forma de os incluir socialmente.

O presente trabalho pretende demonstrar quais são os fatores que tornam a Educação de Adultos inclusiva, a partir da aquisição de conhecimentos que aflui no sentido de aumentar competências pessoais e laborais. A Educação de Adultos, emergiu de um conjunto de políticas sociais que têm como propósito a aumento de qualificação e conseqüentemente uma integração mais ajustada ao mercado de trabalho. A eficácia destas políticas mede-se pelo grau de inclusão e integração social dos indivíduos, já que produz efeito a partir do momento que em que se verifica um adaptação aos níveis social e profissional. A estrutura do trabalho, terá princípio na revisão da literatura que teve como objeto o enquadramento das questões de investigação, tendo em conta documentos legislativos e científicos. Num segundo momento foi caracterizada a amostra, e a forma de recolha de dados empíricos. A recolha dos dados primários foi efetuada através de um inquérito via questionário aos formandos dos Cursos de Educação de Adultos provenientes de uma Escola do ensino básico na cidade de Guimarães. Esta análise exploratória permitirá aferir se os Cursos EFA são determinantes para a inclusão social e profissional dos indivíduos, e se são suscetíveis de um incremento ao nível de autonomia e responsabilidade social. Os resultados obtidos com este estudo, mencionam

que uma parte significativa da população detém baixos níveis de escolaridade, referindo também que a maioria dos participantes considera que a formação contribui nitidamente para o aumento de competências pessoais.

O contributo deste trabalho prende-se com o propósito de um melhor entendimento acerca da eficácia das políticas sociais ligadas à Educação de Adultos. Nuna tentativa de melhor compreender quais os aspetos inclusivos inerentes à aquisição de conhecimentos e nível de empregabilidade.

Capítulo I – O Capital Humano enquanto motor de crescimento e desenvolvimento económico

No contexto das teorias do Capital Humano este constitui o principal responsável pelo desenvolvimento económico da sociedade. O seu valor é meritório, já que é através do mesmo que se torna possível transpor para a realidade os conhecimentos adquiridos nos vários contextos educativos fornecendo, recuperando e adaptando recursos que geram benefícios sociais e económicos. Este capital é o verdadeiro impulsionador que permite o crescimento, o desenvolvimento e a sustentabilidade da economia. Fator este que tem contribuído fortemente para o aumento do conhecimento que torna real a estruturação e qualificação de produtividade (Cabugueira, 2002).

Foi após a 2.^a guerra mundial e devido à urgência de reconstrução e inovação de infraestruturas e a regeneração ora necessária, que se deu o ponto de partida para a importância atribuída a este tipo de capital. A aquisição de conhecimentos através dos diversos sistemas educativos, foi a forma de proporcionar o conhecimento e atribuir valor a este capital. Possibilitando o incremento de competências que implicam a qualificação da mão-de-obra e conseqüentemente a o aumento de produtividade. A sustentabilidade do crescimento económico é alcançada através das competências laborais no mercado de trabalho presentes nos diversos setores, estas competências são adquiridas pelo acréscimo de conhecimento obtido nas instituições educativas, através da formação e em diversos contextos de trabalho.

O conhecimento adquirido que atribui o valor ao Capital Humano é responsável pelo crescimento dos diferentes capitais, sendo possível alcançar a eficiência na economia através da fusão dos mesmos pelo conhecimento e tecnologia. O conhecimento, a produtividade e o crescimento económico estão intrinsecamente ligados, sendo desta forma possível estabelecer a ligação entre a teoria e a prática, o que aprendemos hoje será o que essa aprendizagem representará amanhã.

O desenvolvimento económico, social e tecnológico, deve-se à valorização atribuída à aquisição de conhecimentos e não somente ao saber fazer. Neste patamar o Homem atribui o verdadeiro valor e o interesse adjacente ao

conhecimento como forma de proporcionar mais bem-estar à sociedade, aumento de produtividade e desenvolvimento económico. (Cabugueira, 2002)

Após a 2.º metade do século XIX começou a dar-se relevo à teoria do Capital Humano e aos processos educativos, dando origem a estudos que suportam o verdadeiro valor da educação. Colocando as pessoas como elementos centrais para o desenvolvimento de sistemas que implicam o progresso económico e social atual. Mincer (1958) relativiza a relação existente entre o investimento na formação e a distribuição individual de rendimentos dela proveniente. Este cenário originou movimentos que vieram revelar o valor da educação e as suas vantagens para a sociedade, nomeadamente para a classe trabalhadora, enquanto instrumento imprescindível para formar cidadãos democráticos e contributo para uma sociedade mais igualitária.

A teoria do Capital Humano foi apresentada por Theodore William Schultz (1961), como sendo o retorno do investimento na educação, que se traduz, no futuro, num custo- benefício, e posteriormente desenvolvida por Gary Stanley Becker (1964), numa perspetiva do aumento e qualificação da produtividade. A produtividade gerada pela terra e pelo trabalho deixou de ser a variável explicativa do crescimento económico, dando lugar a um novo conceito, em que a educação começa a ser vista numa ótica de motor do desenvolvimento económico. *O Capital Humano “é humano porque se acha configurado no homem e capital porque é feito de satisfações futuras, futuros rendimentos ou ambos”* (Schultz, cit in Cabugueira, 2002, p.199). A educação começou a ser entendida como o motor do desenvolvimento económico, geradora de progressos tecnológicos mediante mão-de-obra qualificada, gerando igualdade de oportunidades. O conceito desenvolvido foi de que a educação está ligada ao trabalho, criando mais produtividade e qualificando o trabalho produzido (mão-de-obra). O Capital Humano é também gerador de externalidades positivas, visto que cria força de trabalho, havendo uma maior probabilidade de participação no mercado de trabalho os indivíduos que são mais qualificados (Winters, 2012). O investimento na educação por sua vez, também poderá trazer contributos positivos ao nível salarial, pois o aumento de conhecimentos

poderá aumentar níveis de produtividade, que poderá colocar os trabalhadores em vantagem e implicando igualmente um aumento salarial (Xiao, 2001).

“Os programas de educação e formação passaram a ser entendidos como meios potencialmente eficazes para melhorar a situação dos países menos desenvolvidos.” A educação assume o papel por colocar no mercado de trabalho, mão-de-obra que às necessidades de produção nos diferentes setores do mercado laboral. A educação é vista como um incentivo e um fator que gera capacidades de trabalho (Cabugueira, 2002, p.202-203).

Contudo o desenvolvimento e a formação de Capital Humano, não incide somente no processo de alfabetização. Este apenas é o primeiro processo para adquirir competências que permitem obter forma de alcançar a informação que dará acesso à formação que por sua vez irá gerar o verdadeiro valor do Capital Humano. *“Uma coisa é certa: os países com elevado nível de rendimento estão dotados de sistemas educativos modernos”* (Cabugueira, 2002, p.207). O autor refere também que a educação fortalece o Capital Humano no entanto o indivíduo terá de investir na educação, desenvolvendo as suas capacidades para as poder transpor para o mercado laboral sob a forma de trabalho, produtividade e desenvolvimento tecnológico. Tendo sido um fator bastante contributivo para a modernização e o desenvolvimento tecnológico ao longo dos tempos, tornando-se mesmo uma fonte de competitividade relevante na economia.

“O principal motor do crescimento económico é a acumulação de Capital Humano, a principal fonte de diferenças nos padrões de vida entre as nações são as diferenças em Capital Humano” (Lucas, cit in Cabugueira 2002,p.199).

A educação além de influenciar o pensamento das pessoas oferece um alinhamento condutora proporcionadora de uma resposta direcionada para determinada situação através do fator trabalho. Um maior nível educacional, poderá ser um contributo para o desenvolvimento de competências ligadas ao empreendedorismo e conseqüentemente a criação do próprio emprego. A educação está ligada implicitamente ao Capital Humano e Social, convergindo no sentido de criar competências pessoais e laborais que poderão suscitar aspetos ligados à criação do próprio emprego (Yukiko, 2011).

1.A educação como fator de adaptabilidade social e tecnológica

Nos anos 90 desenvolveram-se perspectivas diferentes da educação estando esta intrínseca ao desenvolvimento, sendo a variável explicativa do desenvolvimento do Capital Humano. Numa ótica mais progressiva o desenvolvimento do Capital Humano é também sinónimo de sustentabilidade do crescimento económico, deixando apenas de contribuir para o aumento e qualidade de produtividade.

Um maior nível de aquisição de conhecimentos além de contribuir significativamente para aumentar o grau de inovação contribui em simultâneo para aumentar o grau de facilidade e compreensão das inovações tecnológicas, associa-se a este facto o aumento de produtividade relacionado com o aumento de qualificações. A aquisição do Capital Humano poderá ser encarada como uma forma de combate ao desemprego, sendo esta variável mais evidente nos indivíduos que detenham níveis de escolaridade mais baixos (Teixeira, cit in Cabugueira (2002,p.271). O Capital Humano e o Capital Social, são dois fatores determinantes para o crescimento económico, estando a educação aliada à participação social dos indivíduos (Silva, 2008).

As reformas do sistema educativo têm sido constantes a nível mundial verificando-se as alterações económicas e tecnológicas a par da flexibilidade que o governo tem para implementar ou alterar políticas educativas. O sistema de ensino proporciona educação e formação de forma a conceber a adaptabilidade à conjuntura económica e social e como uma resposta que perspetiva resultados mais adequados ao sistema de educação e de formação profissional.

“Os sistemas educativos têm sido adaptáveis à realidade como a maioria das outras reformas, uma vez que existe uma crise de ideologia desenvolvimentista que tem permanecido, nas últimas décadas, acoplada de investimentos gerais nos sistemas educativos” (Azevedo,1999, p.141). Ou seja, por vezes estes novos contextos educativos nem sempre estão direcionados para as verdadeiras necessidades sociais, a homogeneização social ou a distribuição da educação de uma forma igualitária, fazendo com que o indivíduo por vezes perca as suas raízes. Apesar de todas as reformas parece persistir uma

divergência entre “*educação - formação e economia - emprego. Ao sistema de ensino pede-se que seja capaz de proporcionar aos futuros trabalhadores uma maior mobilidade profissional, para uma maior rotatividade entre postos de trabalho e para as alternâncias emprego – desemprego*” (Azevedo, 1999, p.3).

2. A produtividade e o crescimento económico associado ao conhecimento

Em muitos países verifica-se que as infraestruturas, a tecnologia (capital físico), apresentam elevados níveis de desenvolvimento, no entanto e mesmo obtendo todos os recursos verifica-se a insuficiência da qualificação humana. O Capital Humano está ligado ao crescimento da economia sendo uma alavanca para o desenvolvimento e crescimento nos diversos setores de atividade.

O Capital Humano está ligado à educação e este é adquirido em três fases: o capital adquirido em casa, através das nossas vivências com familiares, através de leituras de livros, revistas e da internet, o Capital Humano que obtemos através das nossas experiências e vivências na sociedade e no trabalho e o Capital Humano que se alcança através da educação, sendo a educação uma “*fonte de crescimento e bem-estar*” (Becker e Schultz, 1988).

Este capital traduz-se pela acumulação de conhecimentos e competências que todos os seres humanos adquirem de acordo com as vivências pessoais, sociais e profissionais, tendo um grande impacto no desenvolvimento das tecnologias das nações. O Capital Humano e a produtividade são convergentes, pelo que o investimento na educação remete necessariamente para o aumento da produtividade (Fuente, 2011). Este investimento é visível socialmente prevalecendo sobre o capital físico, mas de facto o que nos dias de hoje se torna relevante é a “*função do capital físico*” como um investimento no Capital Humano numa perspetiva de codificar o conhecimento. O grau de habilitações não significa o aumento de produtividade, por outro lado resultados negativos na aprendizagem também podem ser reflexo de *problemas técnicos* que impossibilitam uma forma correta de avaliar o Capital Humano. O investimento no Capital Humano é convertido em produtividade que valoriza o capital físico, obtendo o retorno de contributos tecnológicos e sociais desenhando assim uma economia moderna e mais sustentável. O investimento no Capital Humano tem alcançado resultados muito positivos, uma vez que os

retornos são óbvios estando implícitos “*contributos*” do investimento e em Capital Humano para o crescimento da produtividade. Muitos autores referem mesmo que o acesso tecnológico é função dos conhecimentos adquiridos, tendo a variável Capital Humano um contributo colossal para o desenvolvimento da tecnologia.

O crescimento económico deve-se principalmente ao progresso industrial no entanto constata-se que os fatores adjacentes a este crescimento são o “*progresso técnico e a produtividade*” (Murteira, 1990). Este crescimento é característico dos países desenvolvidos sendo explicado pela produtividade gerada pelo fator trabalho que por sua vez se traduz em mão-de-obra qualificada.

“A divisão do trabalho seria um fator do desenvolvimento na medida em que o alargamento do mercado iria permitir uma crescente especialização da mão-de-obra, favorável ao aumento da produtividade” (Smith, cit in Murteira, 1990, p.80).

Nos nossos dias e no futuro a “*capacidade produtiva*” não passa somente pela produção das máquinas, atribuindo um verdadeiro valor deste ao conhecimento humano. O Capital Humano não se resume simplesmente ao ato de saber fazer, é necessário produzir muito em quantidade em qualidade e num curto espaço de tempo. *“Importa reconhecer que a raiz ou o ponto de partida da viragem está na mudança de conceção acerca da natureza e funções do capital ou do fator gerador de riqueza. A nova energia é a informação que reduz a incerteza e a inteligência que decide a ação mais apropriada a executar”* (Viegas cit in Henriques, 1997).

O que se tem verificado nos nossos dias é que o processo de aumento de qualificações, tem sido um fator que contribui para a diminuição de postos de trabalho. Os avanços tecnológicos permitem a substituição da mão-de-obra não qualificada pela tecnologia, prevalecendo em maior número a mão-de-obra qualificada, atingindo assim maiores níveis de produtividade com menos colaboradores.

Em muitos países verifica-se que as infraestruturas, a tecnologia (capital físico), apresentam elevados níveis de desenvolvimento no entanto e mesmo obtendo todos os recursos, verifica-se a insuficiência da qualificação humana. O desenvolvimento do Capital Humano só é possível ocorrer com estratégias que

permitem tornar o mercado eficiente, através de uma melhor e mais qualificada informação (Wibowo,1999).

Para uma melhor compreensão do crescimento económico será importante entender os fatores que estão implícitos a este crescimento que provocam desenvolvimento designados por capital e trabalho. Todos os outros aspetos geradores de crescimento económico são denominados de produtividade global, refletindo a parte do crescimento económico que não está diretamente ligada ao aumento do emprego e à tecnologia (Barros,1997).

O progresso tecnológico, porém está inevitavelmente associado a um conjunto de fatores que geram o aumento da produção da inovação e do conhecimento.

A educação é entendida como um fator muito positivo e construtivo na nossa sociedade, sendo refletida sobretudo em aspetos sociais e económicos, gerando oportunidades sociais e provocando mobilizações interpessoais. Sendo promotora de riqueza e de conforto, proporciona um determinado equilíbrio social oferecendo igualmente bem-estar social, a educação surge como a resposta às diversas divergências e lacunas sociais.

Num passado recente o objetivo da educação era ensinar com o efeito reprodutivo para o mercado de trabalho, adequando as aprendizagens a cada tipo de indivíduo e à conjuntura económica de cada país. “*A educação como moralista e o professor como reformador*, para o autor a *educação é o motor da atividade económica e do progresso*, atestando também que *a educação é daquelas coisas que, em princípio, se pode admitir que governo proporcione ao povo*” (Smith, *cit in J.S. Mill, 1867.p, 196*).

A educação é a maior riqueza que o ser humano poderá possuir considerando “*o mais valioso capital que se investe nos seres humanos*” (Alfred Marshall). A combinação do trabalho produtivo com a “*educação mental*” são elementos que permitem à classe trabalhadora a sua sobrevalorização (Marx, *cit in Cabugueira 2002,p.197*).

A educação é o fator que define a importância, o poder e o valor do Capital Humano, valoriza a sociedade sendo consequência disso a sustentabilidade do crescimento económico da cada país. As políticas educativas são sem dúvida uma forma de investimento num ativo intangível, que no futuro acarretará mão-

de-obra qualificada, mais produtividade e maior civismo que se traduzirá numa sustentabilidade social e económica. Uma sociedade qualificada, para além de contribuir para o aumento de produtividade associado ao fator trabalho implica necessariamente uma sociedade mais justa e igualitária para todos os cidadãos.

A educação está necessariamente implícita aos diversos processos formativos, que por sua vez vetorizam fatores ligados à distribuição de recursos económicos e sociais, possibilitando o igual acesso de oportunidades sociais e laborais. Nos nossos dias o aparelho educativo caracteriza-se por critérios menos seletivos, e sendo mais flexível e adequado a cada público-alvo proporciona educação às classes sociais que até ao momento não tinha acesso a este patamar educativo. Foi atribuído à educação o papel de proporcionar mão-de-obra mais qualificada e conseqüentemente gerar mais oportunidades profissionais.

A educação de adultos está subjacente a este acesso de oportunidades, já que em simultâneo com aumento de qualificações, o objetivo será também a integração social daqueles que pelos diversos motivos muito precocemente terminaram os seus percursos educativos.

As políticas sociais são as diretrizes que sustentam os processos educativos, verificando-se um paralelismo entre as realidades educativas e as necessidades do mercado de trabalho.

Capítulo II – A importância dos Cursos de Educação e Formação de Adultos no contexto Europeu e Nacional

O processo evolutivo do sistema educativo sofreu várias alterações ao longo dos tempos na Europa e em Portugal assumindo um papel essencialmente direcionado para a criação de movimentos de cidadania ativa. Um dos principais objetivos era inserir adultos pouco escolarizados, de forma a adquirirem uma postura mais autónoma, ganharem sentido de responsabilidade e a familiarização com as novas tecnologias. Neste sentido, quebrar estigmas ligados à falta de proximidade com o desenvolvimento tecnológico, adquirindo uma posição mais flexível, e uma abertura face a novas aprendizagens e ao emprego. Fatores estes que compreendem aspetos essenciais à inclusão social e profissional. A estratégia Europa 2020³ vem reforçar estas ideias projetando reformas na UE, que visam entre outros crescimento nos setores do emprego, da investigação, da inovação e inclusão social e da redução da pobreza.

1.A relevância da Educação de Adultos na Europa

A educação de adultos atinge dimensões sociais alargadas e suscetíveis de serem movimentos para uma cidadania ativa, uma sociedade mais justa e democrata. Permitindo o desenvolvimento nas esferas científicas, sociais e económicas, estabelecendo mais bem-estar à população. Esta forma de inclusão social e de redução da taxa de pobreza, é também responsável por educar os adultos nas diversas nuances sociais como a saúde e o ambiente.

A Europa 2020 definiu cinco objetivos essenciais que visam o crescimento económico na zona euro sendo alguns deles:

- “o aumento da taxa de emprego para 75% na facha etária dos 20-64 anos”;
- “reduzir a taxa de abandono escolar precoce para menos de 10%”;
- “aumentar para pelos menos 40%, a percentagem da população na facha etária dos 30-34 que possui um diploma do ensino superior”;

³ Fonte: <http://ec.europa.eu> (acedido em 09/04/2013)

- *“a luta contra a pobreza e a exclusão social; reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social”.*

Estes objetivos estão em consonância com os pressupostos da EA tendo como principal objetivo fazer com que os adultos, adquiram sentido de responsabilidade. Demonstrando as suas capacidades e o seu potencial para realizar e executar, bem como fomentar a sua participação cívica na sociedade. Estas variáveis caracterizam-se por vetores para uma cidadania ativa, estimulando a sua participação cívica na sociedade, e aproximar estes indivíduos com a tecnologia e comunicação numa perspetiva de inclusão social. O quadro educativo Europeu no que concerne à EA comprovou evoluções a este nível, cujo objetivo era formar, ou criar percursos formativos, aos níveis do ensino básico, secundário e superior. Com o intuito de formar adultos, aumentando as suas competências, e os níveis de empregabilidade. O que por sua vez implicaria uma participação ativa na sociedade, e a responsabilização das várias entidades peculiares neste novo conceito formativo.

A V CONFINTEA implementou *“um novo conceito da Educação de Adultos que seja simultaneamente holístico, para abranger todos os aspectos da vida, e transectorial, para incluir todas as áreas de actividade cultural, social e económica(...)”*(Melo, 2002, p.22). Este conceito educativo tem como principal objetivo atingir, ou antes inserir grupos que por diversos motivos foram desintegrados do processo educativo dito normal. A igualdade de oportunidades é a base de todo este cenário educativo no que diz respeito à EA, já que o que um dos principais objetivos será a quebra de barreiras existentes com a sociedade ao nível cultural, empresarial e territorial.

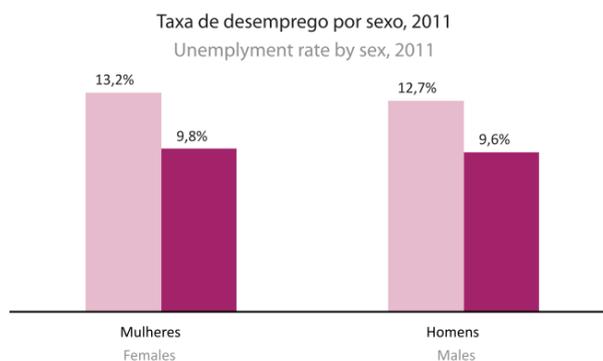
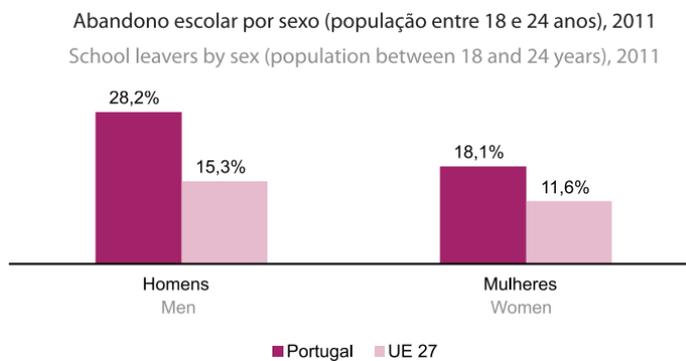
O contributo Estatal da V CONFINTEA para a Educação e Formação de Adultos de acordo com o estabelecido em Hamburgo em 1997, prende-se com o facto de implementar políticas de foro educativo. Possibilitando, igual acesso à educação, especialmente o público mais frágil que pelas mais adversas razões deixaram precocemente os seus percursos formativos.

Na Irlanda a publicação do Livro Branco “ *Learning for Life: White paper on Adult, education*”, que sucedeu em 2002 dá especial destaque à consciencialização individual, a uma participação ativa na sociedade e à coesão social.

Na Noruega a política para a EA intitulada de “*Reforma de Competências*”, que perspetiva uma sociedade mais escolarizada, valoriza mais os aspetos sociais como o emprego, a qualidade de vida, o nível de habilitações e reconhece a importância da educação não só para alguns indivíduos mas para a sociedade em geral.

Os indicadores editados pelo INE em 2013, revelam que as taxas de abandono escolar de Portugal (figura n.º 1) continuam muito acima dos números apresentados pela UE. É evidente a necessidade de ajustamentos das políticas educativas de forma a contrariar esta tendência. No que concerne ao desemprego, verifica-se igual cenário, embora não se observe a mesma discrepância entre a UE e Portugal. Os objetivos da Europa 2020 vem ao encontro da realidade dos número apresentados, pautando-se por linhas orientadores que implicam o aumento da taxa de emprego e redução da taxa de abandono escolar precoce. No que concerne aos indicadores da figura n.º 2, o número de alunos inscritos no ensino básico e ensino secundário, consolida os resultados inerentes à população com o nível de escolaridade completo em 2011 inerente ao gráfico n.º 1. Observando-se uma maior concentração de inscritos no ensino básico e ensino secundário que refletem o nível crescente da aprendizagem ao longo da vida.

Figura n.º 1 - Taxas de abandono escolar e desemprego em Portugal e na UE no ano de 2011



Fonte: <http://www.ine.pt> (acedido em 20/04/2013)

Figura n.º 2- Número de alunos matriculados até ao ensino secundário em Portugal, em 2011

Ensino/Educação, 2010/2011
Educational Institutions, 2010/2011

	Portugal	
	N.º	
Estabelecimentos de ensino		Educational institutions
Educação pré-escolar	6 812	Pre-primary education
Ensino básico	5 225	Basic education
Ensino secundário	937	Secondary education
Alunos matriculados		Students enrolled
Educação pré-escolar	276 125	Pre-primary education
Ensino básico	464 620	Basic education
Ensino secundário	440 895	Secondary education
Pessoal docente		Teaching staff
Educação pré-escolar	18 284	Pre-primary education
Ensino básico e secundário	156 669	Basic and secondary education
	No.	

Fonte: <http://www.ine.pt> (acedido em 20/04/2013)

2.As políticas de Educação de Adultos na União Europeia e em Portugal

O contexto educativo que se verificou após a implementação das políticas direcionadas para a educação de adultos, na maioria dos países europeus tem evoluído fortemente desde a II Guerra Mundial. Remetendo a educação para a aprendizagem ao longo da vida, e desta forma atribuindo à formação o papel para formar e preparar indivíduos para o mercado de trabalho (Guimarães, 2011,p.44). O Estado-providência surge como uma forma de articulação entre a educação de adultos e uma qualificação da mão-de-obra, com vista à adoção de melhor qualidade de vida e sendo uma forma de integração social nas várias vertentes tendo como fundamento a implementação de políticas que incidem na educação ao longo da vida (Guimarães, 2011,p.62). A Alemanha foi uma réplica da aplicação destas políticas, que com a finalização da II Guerra Mundial adotou a Educação de Adultos numa perspetiva de reeducação para a sociedade democrata.

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 387/99, de 28 de setembro, proporcionou o aparecimento da ANEFA em Portugal, indo ao encontro da corrente educativa de Educação de Adultos. A ANEFA promove a igualdade de géneros, a inclusão social, estabelecendo igualdade de oportunidades. Desta forma garantindo o acesso aos diversos tipos de aprendizagem permitindo um acréscimo de conhecimento para todos, atribuindo um sentido de responsabilidade aos indivíduos. Possibilitando a sua valorização, nos diversos aspetos sendo principalmente um incentivo à cidadania ativa.

No ano de 2001 o *“Plano Nacional de Emprego e o Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação”* dão impulso à formação numa perspetiva de adaptar e tornar mais flexíveis os percursos formativos. Um dos objetivos era promover a aproximação dos adultos pouco escolarizados das tecnologias empresariais e da comunicação (Melo, 2002, p.21). Esta perspetiva de integração social através do processo educacional, tem como principal objetivo atribuir à EA mais habilitações, criando autonomia e desenvolvendo competências e estes indivíduos.

A Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, foi a alavanca para avivar e valorizar a Educação de Adultos, permitindo que a realidade educativa contribuísse para a inclusão social e profissional. Emergente de medidas impulsionadoras que originaram um enorme passo no que diz respeito à população de adultos com baixa escolarização. Esta iniciativa perspetivou a criação de palcos específicos onde os adultos pudessem demonstrar os seus saberes e experiências de forma a aumentar as suas habilitações e qualificações. Novos contornos surgiram, levando a que o quadro educativo atingisse dimensões e contribuísse significativamente para uma evolução na economia social. Novas vivências, novas experiências que se traduziram num aumento de qualificações e numa nova forma de estar na sociedade para os adultos portadores de baixas habilitações. *“É preciso, com muita humildade, construir com os que resistem, com os que sabem, com os que estudam, com os que ficam no terreno a salvar (...)”* (Melo, 2002, p.9).

A União Europeia era na altura constituída por quinze países, sendo, na conferência Mundial da UNESCO⁴ realizada em 1997, o ponto de viragem para as políticas nacionais que desenharam todo um novo tecido educativo no que diz respeito à educação de adultos.

Estas políticas tinham como principal objetivo a intervenção na sociedade ao nível da Educação e Formação Adultos. A V CONFITA denominada de *“Aprender em Idade Adulta: uma chave para o século XXI”*, foi o ponto de partida para que todas as políticas relacionadas com a Educação de Adultos, fossem definitivamente postas em prática. Em 1997 finalmente se distende a nível mundial o começo da educação de adultos, tendo sido explanada e ajustada na conferência de Hamburgo. Esta conferência delineou o quadro que expõe e prevê o âmbito e o contexto em que a Educação e Formação de Adultos se irá difundir.

Uma das políticas subjacentes à EA poderá enquadrar-se numa das propostas emanadas pela Comissão Europeia através da *Europa 2020* para o contexto nacional enquadrado no programa de financiamento disponibilizado pelo QREN no período 2014-2020. Tendo como pressupostos o aumento do emprego, a

⁴ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), fundou-se no dia 16 de novembro de 1945. (fonte: <http://unesdoc.unesco.org>) (acedido em 21/03/2013)

coesão social, e a integração do público mais vulnerável, assentando expectativas de crescimento inteligente, que gera sustentabilidade e inclusão social. Todo este contexto inerente às políticas sociais, deriva da evolução do sistema educativo e das necessidades de dar resposta a sociedade em constante mudança, adaptando os recursos disponíveis e formando os cidadãos de acordo com as necessidades económico-sociais.

3. Breve exposição acerca do processo evolutivo da história do sistema educativo em Portugal

A implementação da República em 5 de outubro de 1910 originou um marco crucial no sistema de ensino, nesta fase assistiu-se à viragem do cenário educativo, afastando definitivamente *o ensino da doutrina cristã* e outras formas de ensino presentes e anteriores àquela data. Já naquela altura, a principal preocupação da república era a diminuição da taxa de alfabetismo que se situava em cerca de 70% da população naquela época em Portugal. Nesta fase dá-se lugar à criação de universidades e no ensino secundário já se torna possível o ensino misto instalando o princípio da coeducação.

Em 1936 o Ministério de Instrução Pública passa a denominar-se de *Ministério da Educação Nacional* onde a *Mocidade Portuguesa* e a *Obra das Mães pela Educação Nacional* demarcam o Estado Novo. No ano de 1952 assiste-se ao lançamento de um novo plano de *Educação Popular* que tem como principal objetivo o combate ao analfabetismo cuja taxa se situava nos 40%. Juntamente a este movimento a Campanha da Educação de Adultos que vigorou entre 1952 e 1954 mas que não obteve progressos neste quadro educativo.

Neste contexto foi estabelecido o enlace entre a educação e a economia, já que em 1955 o Ministério da Educação, reconhece a necessidade de obter mão-de-obra qualificada para dar respostas aos avanços técnicos que ocorreram após a 2.^a guerra mundial. Começa a dar-se especial relevo à formação profissional e recorre-se à ajuda da OCDE⁵ projetando assim um novo palco para a educação. Esta foi a ponte que permitiu o reconhecimento

⁵ A OCDE foi criada em 30 de Setembro de 1961, sucedendo à Organização para a Cooperação Económica Europeia, criada em 16 de Abril de 1948. Também é chamada de "Grupo dos Ricos", porque os 31 países participantes produzem juntos mais da metade de toda a riqueza do mundo.(fonte: <http://pt.wikipedia.org>:acedido em 21/03/2013)

do Capital Humano e dos recursos humanos, atribuindo o devido valor à escolarização. Os progressos sociais e tecnológicos nas décadas que se seguiram, permitiram que as políticas educativas se adaptassem às novas realidades do ensino.

Na década de 60 deu-se principal enfoque à alteração do processo educativo reconhecendo-se a necessidade da construção de novos percursos formativos. Formar pessoas mais qualificadas, alargando os horizontes educativos em paralelo com os acordos internacionais e o tecido social e económico que se fazia sentir na época. Em 1966 com a reformulação da *Mocidade Portuguesa* foram criados um percursos formativos de seis ou quatro anos dependendo do percurso formativo. A escolaridade passa a ser obrigatória para os dois sexos e são estabelecidos outros percursos educativos com base na nova reforma no ensino ocorrida em 1973 e cujos alicerces incidem sobre os valores democráticos no regime *político nacionalista e conservador*.

Este tecido social permite um desenvolvimento significativo no ensino após 1974 com as reformulações dos conteúdos programáticos em todos os níveis de ensino. Os percursos formativos tornam-se mais alargados e ajustados, com o objetivo de abranger o maior número possível de alunos, e adequado a formar recursos humanos que sirvam as condições sociais atuais do país naquela época.

No ano de 1983 com o surgimento da necessidade da criação de mão-de-obra qualificada, que surge a necessidade da criação dos cursos técnico-profissionais, atribuindo o 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade que conferem a habilitação ao trabalho, ou até mesmo ao ensino superior. As medidas diretivas que em 1986 vetorizaram a publicação de *Lei de Bases do Sistema Educativo*⁶, cuja a duração da escolaridade é gratuita e obrigatória e tem duração de 9 anos.

A evolução do sistema educativo permitiu que se criassem condições que geraram a flexibilização dos percursos formativos. Agora mais adequados aos diferentes contextos laborais, gerando igualdade de oportunidades conferindo

⁶ Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro

assim o direito à educação livre e gratuita, constituindo um fator económico e social fulcral para o desenvolvimento educativo nacional.

As políticas sociais que promovem o desenvolvimento educativo na UE permitiram que em Portugal a Educação de Adultos ganhasse outras dimensões. Tendo sido significativamente alteradas as formas de ensino, aumentado a escolaridade obrigatória, e obtendo uma maior diversificação de percursos formativos adaptando-se às novas realidades sociais.

Erigido todo este leque de alterações/evoluções no sistema educativo, foi sendo possível alargar horizontes para a Educação de Adultos. Todo este processo permitiu que fossem criadas novas realidades educativas, com o intuito de tornar convergente a coesão social, a igualdade ao acesso à educação, geradora de participação e aproximação social das pessoas e grupos e grupos sociais.

Capítulo III – Políticas ativas de emprego – A resposta integrada da União Europeia e de Portugal

As políticas de emprego detêm um carácter essencialmente inclusivo sendo aplicadas através de medidas governamentais. Esta intervenção surge através do Estado, por meio de entidades competentes como o Instituto de Emprego e Formação profissional e Entidades de Ensino. Promovem a inserção profissional e social a grupos de indivíduos desempregados, com contratos de trabalho precários ou que pelos diversos motivos manifestem a vontade de entrar no mercado de trabalho.

O Estado-Providência surge como interventor na economia através de políticas que perspetivam o crescimento económico para reforçar e aumentar a empregabilidade aumentando a oferta de mão-de-obra qualificada (Guimarães, 2011,p.55). Na Europa foi criado um sistema de proteção numa perspetiva *Welfare*, que determina a responsabilização e intervenção por parte do Estado. Esta foi a forma de garantir a todos, direitos sociais e programas sociais universais que garantam a proteção ou regulamentação do emprego e previnam o desemprego.

1.Políticas de emprego na Europa

Ao longo dos últimos anos tem-se verificado um crescente incremento de políticas de emprego e medidas de combate ao desemprego na União Europeia (Calmfors,1994). As políticas de emprego são consideradas por muitos a solução para a diminuição do desemprego, no entanto o que se tem verificado é que as mesmas detêm particularmente um carácter inclusivo. São usadas para prevenir o desemprego, melhorar o funcionamento do mercado de trabalho, um estímulo à contratação, ao aumento de formação e à criação do próprio emprego. No entanto e tendo em conta os níveis de desemprego na UE e em Portugal, que em janeiro de 2013 apontavam para 11,9% e 17,6%⁷, observa-se um efeito reduzido de empregabilidade. Apesar dos resultados reduzidos obtidos face ao emprego, as mesmas produzem um efeito inverso

⁷ Fonte: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu> (acedido em:20/04/2013)

relativamente à integração social. O sistema que permite a incrementação das mesmas está associado a diversos processos inclusivos, incluindo programas de formação sendo responsáveis pelo aumento de qualificações e a qualificação de mão-de-obra.

Os programas ativos de emprego, são dirigidos para um público-alvo específico, o tipo de programa é que delinea a sua eficácia, (Kluve et al, 2010). Na UE todos os países tem programas de medidas de combate ao desemprego que tem como objetivo a diminuição do mesmo através da implantação de políticas económicas estabelecidas pela União Europeia. Contudo os números do desemprego figuram diferentes resultados nos países da UE. Em 2013 os países que apresentam as taxas de desemprego mais baixas são⁸: a Áustria (4,9%), a Alemanha (5,3%), o Luxemburgo (5,3%) e a Holanda (6,0%), ao invés destes resultados, e espelhando a atual conjuntura económica o Chipre (14,7%), Portugal (17,6) e Espanha (26,2%), apresentam as taxas mais elevadas.

A eficiência destes programas tem sido cada vez mais questionada, na medida em que os países da UE tendem a implementar as políticas e orientações económicas no âmbito do emprego de modo a tornar estas medidas mais inclusivas. Estudos realizados pelo Fundo Social Europeu contribuem significativamente para a avaliação da estratégia europeia de emprego. Esta avaliação debruça-se sobre a duração do emprego de curto prazo e o efeito destas medidas na população. As medidas impostas visam essencialmente reduzir o desemprego, aumentar o número de empregados. A eficiência dos programas que promovem o emprego é medida através das variáveis como a taxa de desemprego, a taxa de crescimento anual do PIB e a taxa de gastos com este tipo de políticas em termos de PIB.

O tratado de Amesterdão promotor de políticas de sociais no ano de 1997 teve como objetivo promover os níveis de emprego, sendo responsável pela estruturação da estratégia de emprego europeia. Desde então foi esboçada uma serie de estratégias na UE para fomentar as políticas de emprego com o intuito de aumentar as taxas de empregabilidade e a inclusão social.

⁸ <http://www.ine.pt> (acedido em 20/04/2013)

2. Políticas de emprego em Portugal

As políticas de emprego pautam-se por objetivos que pressupõem o desenvolvimento da economia através da criação de emprego ativando mecanismos que geram movimentos de cidadania ativa. Estas políticas estão intrinsecamente interligadas com as políticas sociais que têm como pressuposto criar bem-estar social estando igualmente ligadas às vertentes educacionais e profissionais. As políticas de emprego pressupõem a inclusão profissional e social, através de programas que visam a diminuição da taxa de desemprego aumento de qualificações e a qualificação da mão-de-obra.

O Conselho Europeu de Lisboa, realizado em março de 2000 traduziu o acordo realizado sobre a política de emprego, mercado de trabalho, educação e formação. O propósito era criar alicerces para gerar sustentabilidade futura, face situações de desemprego de longa duração dando ênfase à taxa de desemprego feminino por evidenciar mais altos valores e para o aumento das taxas de emprego na Europa. Tendo em conta estas evidências, bem como os apoios subjacentes ao objetivo primeiro destas políticas, o intuito das mesmas era definido pelo combate à baixa escolarização, à promoção da qualidade do emprego e às políticas de educação como forma de combate ao desemprego numa perspetiva de formação contínua.

Os Cursos de Educação e Formação de Adultos, surgem sob a forma de atuação de políticas sociais associadas ao emprego e à educação. Estes cursos estão inseridos no POPH⁹, este programa por sua vez permite a realização dos objetivos pressupostos do potencial humano de acordo com o QREN¹⁰, que faz o enquadramento da aplicação das políticas comunitárias de coesão social e económica para um período temporal de 7 anos (2007-2013).

O Programa Operacional Potencial Humano, é o programa que visa estimular o potencial humano, de acordo com o Quadro de Referência Estratégico Nacional, responsável pelo enquadramento das políticas comunitárias de coesão social em Portugal num período temporal definido entre 2007-2013. O

⁹ Programa Operacional Potencial Humano

¹⁰ Quadro de Referência Estratégico Nacional

POPH objetiva que o ensino secundário seja o patamar mínimo para todos os Portugueses, o aumento de conhecimento como forma de valor acrescentado para a realização de várias atividades profissionais. Acarreta também o papel de estimular o empreendedorismo e a criação do próprio emprego bem como a participação na vida ativa, promovendo a igualdade de oportunidades através da ativação de mecanismos dirigidos a cada território e público-alvo bem como *“a inserção social de pessoas vulneráveis a trajetórias de exclusão social. Esta prioridade integra a igualdade de género como fator de coesão social”*¹¹

Este tipo de iniciativa tem como principal objetivo possibilitar a adultos pouco escolarizados que na maioria das situações são ativos, desempregados e desfavorecidos, a formação como uma forma de tornar possível o acesso ao mercado de trabalho e dando também especial atenção aqueles que se encontram ativos empregados e em situações de fragilidade social.

Os Cursos de Educação de Adultos destinam-se a pessoas com idade superior a 18 anos, que não completaram o 9.º ano de escolaridade, 12.º ano ou tenham o seu percurso escolar incompleto, estes cursos estão a ser executados numa perspetiva de aumentar o nível de habilitações literárias e qualificações a adultos com baixa escolarização, de acordo com o perfil do indivíduo. São destinatários da formação desenvolvida no âmbito da presente tipologia de intervenção os adultos que sejam detentores de baixas qualificações escolares e ou profissionais ou quando estas últimas se revelem desajustadas às necessidades do mercado de trabalho, nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 817/2007, de 27 de Julho.

“Os cursos de educação e formação de adultos (Cursos EFA) têm vindo a afirmar-se como um instrumento central das políticas públicas para a qualificação de adultos, destinado a promover a redução dos seus défices de qualificação e dessa forma estimular uma cidadania mais ativa, e melhorar os seus níveis de empregabilidade e de inclusão social e profissional.” (Portaria n.º 230/2008 de 7 de Março)

A frequência de diversas modalidades de formação, adaptados a cada situação e a obrigatoriedade de inscrições no Centro de Novas Oportunidades de todas pessoas que se encontram em situação de desempregado com habilitações

¹¹ www.poph.qren.pt (acedido em 15/06/2012)

inferiores ao 12.º ano de escolaridade, foi imposta pelo governo. Ao Instituto de Emprego e Formação Profissional foi atribuído o dever de encaminhar todos os indivíduos cuja sua condição obedece a estas características de forma a que completem os seus percursos formativos, aumentando o seu nível de qualificações. A competência da Agência Nacional de Qualificações incidiu no encaminhamento para o percurso formativo mais adequado a cada formando de acordo como seu perfil de habilitações.

Assim sendo os CNO's permitem a *“elevação dos níveis de qualificação de base da população adulta”*, sob a forma de um contexto de aprendizagem diferente do método de ensino tradicional e mais adaptado ao público-alvo com o recurso *“fundamental para promover a integração dos adultos em novos processos de aprendizagem de carácter formal”* (Decreto-Lei 396/2007). Os Centros Novas Oportunidades, surgiram como forma de encaminhamento aos diversos percursos formativos, que se ajustam às necessidades de cada formando e cujo seu principal objetivo será qualificar os indivíduos de baixas habilitações escolares.

Os Cursos de Educação de Adultos integrados na rede de CNO's, tem como pressupostos, entre outros, aumentar os níveis de qualificação de indivíduos e consequentemente os níveis de empregabilidade, diversificar as aprendizagens e fomentar a igualdade de oportunidades. Todas estas variáveis convergem necessariamente para uma forma de incluir através de sistemas educativos, que proporcionam aos adultos novas formas de encarar a sociedade, pois o propósito será o aumento de qualificações como gerador de autonomia.

CAPÍTULO IV – O Caso dos Cursos de Educação e Formação de Adultos

O objetivo central deste estudo de caso será efetuar uma análise acerca do contributo dos Cursos de Educação e Formação de Adultos ao nível inserção social e profissional. O estudo de caso será efetuado através de investigação empírica (Hill M. e Hill A.,2009,p.19-23). Para o efeito será aplicado um inquérito via questionário, que permitirá a recolha de dados primários empíricos. Esta recolha de dados deverá permitir enquadrar os resultados da análise, com os pressupostos das medidas inerentes aos Cursos de Educação e Formação de Adultos. Sendo cursos emergentes de políticas públicas, com carácter essencialmente inclusivo, objetivam o preenchimento de lacunas formativas de adultos pouco escolarizados, o incentivo à participação social fomentando a cidadania ativa, o melhoramento de níveis de empregabilidade e o estímulo à inserção social e profissional.

O estudo de caso terá incidência numa recolha de dados empíricos que investiga uma realidade social, contextualizando-a de forma a determinar uma explicação para acontecimentos sociais. Este recairá sobre um acontecimento singular, onde surgem variáveis de estudo, fazendo o enquadramento com os conteúdos teóricos acerca daquele objeto por forma a explicar os dados analisados (Yin, 1994,p.33).

Este método será o que mais se adequa à presente análise pois irá possibilitar uma pesquisa de dados, que darão resposta às perguntas *Como?* e *Porquê?* (Yin, 1994,p.19).

- Como é que os Cursos de Educação e Formação cooperam, de forma a proporcionar o incremento social e profissional de adultos pouco escolarizados?
- Porque é que esta forma de aprendizagem, contribui para criar autonomia e responsabilidade social?

Estas respostas, por sua vez, poderão conduzir ao acesso a um conjunto de informação acerca de um acontecimento, cenário social, sobre o qual até então tinha acesso a escassa informação. Neste caso específico trata-se de uma

amostra por conveniência, constituída cinco turmas dos Cursos de Educação e Formação de Adultos, inseridos no Agrupamento de Escolas Gil Vicente, provenientes do Centro Novas Oportunidades Gil Vicente, sito no distrito de Braga, concelho de Guimarães, freguesia de Urgezes. Este método não é mais do que um conjunto de processos que determinam uma realidade específica com particulares características, que produz um determinado resultado através do desenvolvimento de dados empíricos. (Oliveira,1999).

Figura n.º 3 - Localização do distrito e concelho da amostragem



Fonte: <http://www.pbase.com> (acedido em 19/04/2013)

A seleção das variáveis de estudo é fundamental para que a pesquisa seja efetuada adequadamente, posteriormente passar-se-á à classificação do método de investigação. Este estudo terá uma vertente quantitativa e qualitativa. A perspetiva qualitativa torna-se *“evidente ao nível das operações intelectuais que preparam a observação: definição do conceito e levantamento de hipóteses são passos essencialmente qualitativos”* (Rongeré,1975,p.26, cit in Pardal e Correia, 1995,p.19).

Este público que frequenta Cursos de Educação e Formação de Adultos, na maioria dos casos frequentam a formação para cumprir programas de inserção social, sendo reencaminhados pelo Instituto de Emprego e Formação

Profissional (IEFP) ou pelos Núcleos Locais de Inserção (NLI). São indivíduos que pelos diversos motivos abandonaram precocemente a Escola, perante este cenário e já fora da idade de escolaridade obrigatória, deparam – se com situações precárias de trabalho ou de desemprego de longa duração, em muitos dos casos sem qualquer tipo de subsídio ou beneficiando do Rendimento Social de Inserção (RSI). Estes grupos apresentam traços de fragilidade e vulnerabilidade social, estando na maioria dos casos submetidos a processos de inclusão que resultam de programas de inserção social e profissional. Este contexto educativo também possui uma vertente que tende levar a que os formandos adquiram uma nova forma de estar perante a sociedade contribuindo para a inserção social e profissional.

O tecido social envolvente do mundo destes indivíduos, classifica-se como sendo inconstante e sem muitas soluções, frágeis e vulneráveis sentem também que a sociedade. Numa fase inicial deste percurso formativo, apresentam-se como sendo pessoas totalmente dependentes, com graves dificuldades de expressão verbal que na maioria dos casos representa uma atitude retraída. No entanto com o decorrer das sessões as melhorias são notórias, com a aquisição de conhecimentos e a interação com os colegas de turma. A formação torna-os claramente mais seguros, mais “abertos”, com projetos futuros e vontade de aumentar os seus percursos formativos.

O objetivo do estudo de caso será recolher informação que permita dar resposta às questões que se seguem:

Q1:Quais as características inerentes ao género, à idade e às habilitações dos formandos dos Cursos EFA face à população?

Q2:Os Cursos EFA são suscetíveis de aumentar os níveis de empregabilidade?

Q3: Quais os níveis de rendimento dos indivíduos dos Cursos EFA?

Q4:Os Cursos EFA são potenciadores de autoestima e autonomia dos indivíduos?

Q5:Os Cursos EFA são geradores de inserção social?

A técnica de recolha de dados incidu sobre o inquérito via questionário que permitiu recolher a informação e retirar ilações sobre as análises efetuadas, de forma a dar resposta ao conjunto de questões apresentadas.

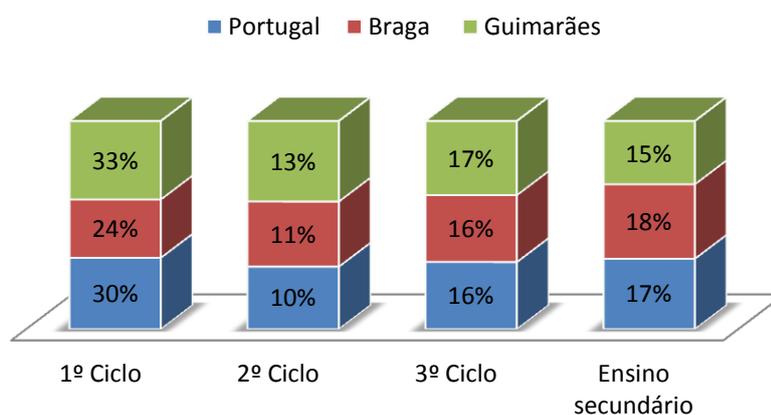
1.A Amostra

A recolha de elementos foi efetuada numa amostra por conveniência nas instalações do Agrupamento de Escolas Gil Vicente. Foram inquiridos 79 formandos daquele agrupamento, distribuídos por cinco turmas dos cursos EFA no mês de junho de 2012, no âmbito da Unidade Curricular designada por Metodologias da Investigação. Esta amostra classifica-se de amostragem por conveniência, pois representa minimamente as particularidades da distribuição da população. *“Para uma amostra homogénea, basta uma pequena amostra.”* (Pardal e Correia, 1995, p.44)

Para o efeito foi solicitado consentimento ao Diretor do Centro Novas Oportunidades para a recolha de informação através da realização dos questionários aos formandos dos cursos EFA. Os elementos da amostra apresentam idades superiores a 18 anos e com níveis de escolarização baixos, parte representativa da amostra encontra-se em situação de desemprego. Estes adultos estão distribuídos em turmas de EFA de Nível Escolar, para a obtenção do 6.º, 9.º e 12.º anos de escolaridade, e numa turma de EFA de Dupla certificação que para além do 6.º ano lhe confere um grau de nível 2 - Instalação e Operação de Sistemas Informáticos. Os cursos estão divididos entre cursos EFA de Nível Escolar B2, B3, nível secundário e cursos EFA B2 de Dupla Certificação.

Quadro n.º 2- Constituição da amostra

	Condições mínimas de acesso	Qualificação pretendida	N.º formandos	%
EFA Escolar Básico - B2 Dupla Certificação – IOSI	1.º ciclo do ensino básico	6.º ano	18	23
EFA Escolar Básico – B2	1.º ciclo do ensino básico	6.º ano	22	28
EFA Escolar Básico – B3	2.º ciclo do ensino básico	9.º ano	12	15
EFA Escolar – NS	3.º ciclo do ensino básico	12.º ano	27	34

Gráfico n.º 2 - População residente segundo nível de escolaridade, em 2011

Fonte: INE, Censos 2011 (acedido em 19/04/2013)

A elaboração do questionário consistiu em determinados pressupostos metodológicos respeitando as regras para a sua construção, “o questionário é tanto um ponto de chegada de uma reflexão como o ponto de partida para análises anteriores” (Albarelo,1997). É a forma de recolher toda a informação de forma a reunir a informação que permite tirar conclusões sobre análises efetuadas. A resposta às questões : “Junto de quem?, Como recolhê-la?, Como tratá-la?”, são os aspetos fulcrais que retratam o “inquérito quantitativo por sondagem” (Albarelo,1997). O campo de recolha da informação integrou os formandos dos Cursos de Educação e Formação de Adultos, através de um inquérito via questionário para aplicar o estudo de caso.

No estudo de caso em particular terá de ter-se bem presente as questões de estudo, quais os objetivos de estudo, quais as respostas que se pretende encontrar, permitindo definir o campo de estudo que se deseja abarcar. O questionário construído é composto por questões maioritariamente de foro qualitativo. A objetividade da linguagem utilizada, consistiu numa perspetiva de simplificar ao máximo a compreensão das questões colocadas, sendo utilizadas questões curtas e de rápida resposta. Os valores relativos aos rendimentos questionados obedeceram aos que estavam em vigor conforme a legislação em vigor no mês de junho de 2012, para o IAS, a RMMG e o RSI.

A elaboração da escala de rendimentos apresentados, teve em consideração o facto de os números apresentados exibirem alguma familiaridade com os formandos. As questões ligadas aos fatores sociais inerentes a estes formandos contribuíram para elaboração das questões coligadas e este estudo, bem como as regras metodológicas para a construção do mesmo. Foram utilizadas questões de escala ordinal que medem o grau de satisfação em quatro fases, “*nada*”, “*pouco*”, “*satisfatório*” e “*muito*”. A escolha das questões colocadas, deveu-se ao facto obter uma melhor compreensão do patamar de satisfação os formandos relativamente aos subsídios inerentes à formação, os contributos da formação a nível pessoal e profissional e as competências adquiridas com a formação. A organização das questões obedeceu a uma certa lógica e sequência de forma a provocar em encadeamento das respostas, de forma a originar rápida resposta. O pré-teste foi efetuado a três formandos da turma do curso EFA B2 de Dupla Certificação – Instalação e Operação de Sistemas Informáticos, tendo em conta a semelhança aos outros elementos da amostra, e dado que a escassez do fator tempo, “*a exigência de precisão conduz à necessidade de testar o questionário antes da sua administração*” (Pardal e Correia, 1995, p.63).

O questionário é composto por perguntas inerentes às habilitações, à situação face ao emprego, tipo de rendimentos, agregado familiar e contributos da formação de foro pessoal e laboral conforme o quadro n.º 1A em anexo. O tratamento estatístico dos dados recolhidos, permitiu extrair conclusões, analisar resultados, de forma a obter uma reflexão crítica acerca dos resultados da investigação, para o efeito foi utilizado programa Microsoft *Excel*. Esta

investigação pressupõe o tratamento das variáveis de forma distinta, de maneira a obter resultados das variáveis quantitativas e qualitativas estabelecendo relações estatísticas entre as mesmas.

2 - Exposição, análise e discussão de resultados

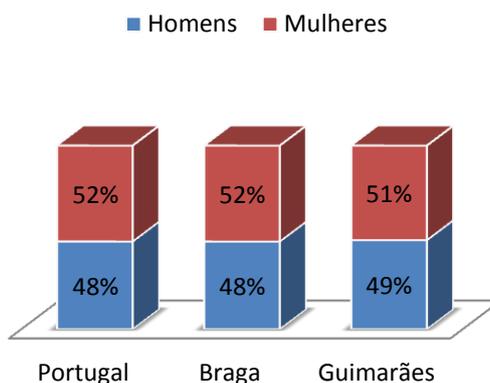
Esta parte apresentará um formato simplificado de análise e discussão de resultados deste estudo, de forma a ser possível retirar conclusões sobre a recolha de dados da amostra. Em grande parte das questões apresentadas, existem um número de pessoas que não responderam à questão colocada, sendo designado por omissos.

No que concerne à representação da amostra pode-se constatar que através do quadro n.º 3, observa-se uma paridade entre géneros, tendo em conta que o número de elementos do sexo feminino (n=39) é igual ao número de elementos do sexo masculino (n=39), sendo que 1 indivíduo não respondeu a esta questão. Situação semelhante que se consta a partir da observação dos números apresentados pelo INE, acerca da distribuição de géneros da população residente em Portugal, Braga e Guimarães.

Quadro n.º 3 - Distribuição de amostra em função do género

	Frequência	Percentagem
Feminino	39	49%
Masculino	39	49%
Omissos	1	1%
Total	79	100%

Gráfico n.º 3 - População residente, por género, em 2011



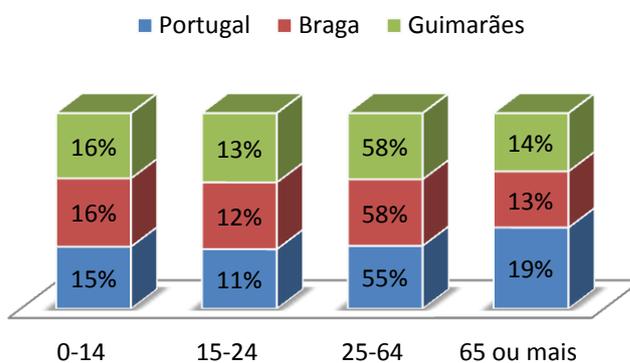
Fonte: INE, Censos 2011 (acedido em 19/04/2013)

No que diz respeito à distribuição dos inquiridos por intervalos de idades compreendidas entre 18 e 61 anos, como se pode verificar no quadro n.º 4, a média de idade situa-se nos 39 anos (ver quadro n.º 3A em anexo). Comparativamente aos dos números apresentados pelo INE, constata-se também que a maior parte da população residente, cerca de 57% em média se situa na facha etária dos 25-64 anos de idade.

Quadro n.º 4 - Distribuição da amostra em função das idades dos formandos

N	Válido	78
	Omissos	1
Média		39
Mediana		42
Moda		46

Gráfico n.º 4 – População residente em 2011, segundo os grupos etários



Fonte: INE, Censos 2011 (acedido em 19/04/2013)

O quadro n.º 5, revela os níveis de certificação destes formandos a frequentar os níveis básicos de 2.º e 3.º ciclo e ensino secundário. A análise da distribuição dos inquiridos permite constatar uma maior concentração da amostra a frequentar nível escolar B2 do 5.º ao 6.º ano de escolaridade (51%), seguido do ensino secundário (34%). Constando-se que a maior parte dos formandos EFA, detinha apenas o 1.º ciclo de escolaridade antes de frequentar o curso. Indicadores estes, em sintonia como os números apresentados pelo

INE conforme o gráfico n.º 2, evidenciando a o baixo grau de escolares dos participantes.

Quadro n.º 5 - Distribuição da amostra relativamente ao curso dos participantes

	Frequência	Percentagem
Curso EFA Nível Escolar B2 - Dupla Certificação - IOSI	18	23%
Curso EFA Nível Escolar B2	22	28%
Curso EFA Nível Escolar B3	12	15%
Curso EFA Nível Escolar NS	27	34%
Total	79	100%

No que concerne às habilitações literárias dos participantes, constata-se que grande parte da distribuição da amostra, 44%, apenas detém o 4.º ano de escolaridade, estando a frequentar cursos EFA nível escolar B2, conforme quadro n.º 2A em anexo.

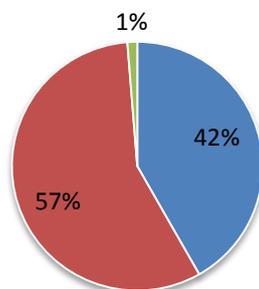
As características observadas permitem resposta à questão n.º 1: ***“Quais as características inerentes ao género, à idade e às habilitações dos formandos dos Cursos EFA face à população?”***

Verificando-se que os dados observados vão ao encontro dos números ao nível nacional, e do distrito, os participantes apresentam características idênticas às da população em geral. Constando-se uma simetria relativamente ao género, sendo a amostra constituída em igual parte por elementos do sexo feminino e elementos do sexo masculino. Indicadores do INE, segundo os números recolhidos nos Censos 2011, referem que nas últimas três décadas o nível de escolaridade dos portugueses aumentou consideravelmente, observando-se uma redução da população com 3.º ciclo do ensino básico, e aumentando substancialmente os níveis de ensino mais elevados. O nível secundário, que em 1991, registava 643 000 indivíduos com este nível de ensino completo passou para 1 363 000 pessoas em 2011.

Atendendo à situação face ao emprego, conforme quadro n.º 4A em anexo, a distribuição da amostra apresenta-se pela maior parte dos participantes em situação de desemprego.

Gráfico n.º 5 - Situação face ao emprego**Empregado(a)?**

■ Sim ■ Não ■ Não respondeu



Fonte: Elaboração própria, recorrendo aos dados recolhidos na amostra

Constou-se ainda que dos sujeitos que responderam que estavam em situação de emprego, trabalhavam por conta de outrem, situando-se nos 90%, ver quadro n.º5A em anexo. No que diz respeito ao tipo de contrato, a maior parte dos participantes (53%) possui em contrato de trabalho sem termo, ver quadro n.º 6A em anexo.

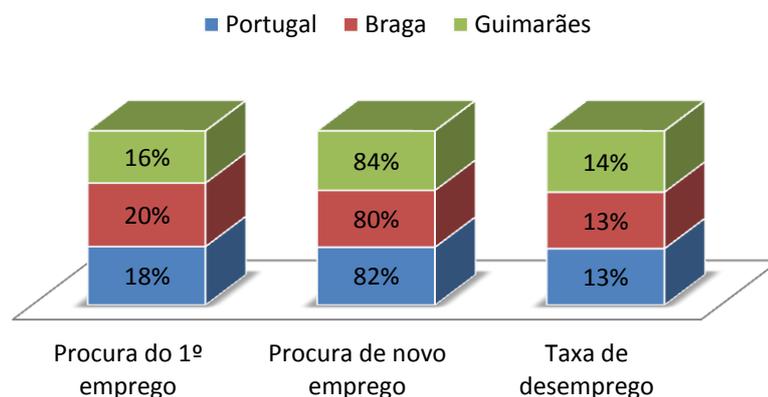
Dos participantes que se encontram em situação de desemprego (quadro n.º 6), 49% depara-se em situação de desemprego há menos de 12 meses ou há mais de 12 meses. Comparativamente com os dados recolhidos pelo INE nos Censos de 2011, verifica-se uma consonância, a maior parte da população residente desempregada está à “*procura de novo emprego*”.

Quadro n.º 6 - Distribuição da amostra em função do tipo de desemprego

	Frequência	Percentagem
À procura do primeiro emprego	5	6%
Desempregado(a) < 12 meses	16	20%
Desempregado(a) > 12 meses	23	29%
Omissos	35	44%
Total	79	100%

Observações: 44% dos inquiridos que não responderam por se enquadrarem na situação de emprego

Gráfico n.º 6 - População residente e desempregada, em 2011



Fonte: INE, Censos 2011 (acedido em 19/04/2013)

Na questão IV (gráfico n.º 7), inerente ao recebimento de algum tipo de subsídio. Constata-se que existe quase uma simetria relativamente aos números apresentados, sendo que 49% dos inquiridos respondeu que está a auferir de algum tipo de subsídio. Este número vai ao encontro dos participantes desempregados (49%) e da população que auferir subsídio de desemprego (ver quadro n.º 7A em anexo).

Gráfico n.º 7- Atualmente está a beneficiar de algum tipo de subsídio?



Fonte: Elaboração própria, recorrendo aos dados recolhidos na amostra

No que respeita ao motivo que levaram a frequentar a formação, conforme quadro n.º8A em anexo, metade dos participantes respondeu que foi por motivos pessoais. Podemos verificar que 81% (quadro n.º 7) dos inquiridos detêm grandes expectativas da formação face à obtenção de emprego. Na realidade, o cenário apresenta-se um pouco diferente, sendo os números apresentados pela taxa de desemprego, o indicador que contraria a teoria da empregabilidade associada aos Cursos EFA.

Quadro n.º 7 - Acha que a formação poderá facilitar-lhe a obtenção de um emprego?

	Frequência	Percentagem
Sim	64	81%
Não	13	16%
Omissos	2	3%
Total	79	100%

No que considera aos indicadores face ao emprego e de acordo com a questão n.º2 **“Os Cursos EFA são suscetíveis de aumentar os níveis de empregabilidade?”**, constata-se face aos indicadores apresentados que a maior parte dos participantes, encontra-se em situação de desemprego, sendo na maioria dos casos desempregados há mais de 12 meses. Apesar dos participantes deterem expectativas positivas da formação face ao emprego, o que se constata é que esta medida tem um impacto diminuto em termos de empregabilidade.

Os resultados inerentes ao grau de satisfação dos indivíduos quanto à importância dos subsídios de formação, conforme quadro n.º 10A em anexo, referem que o contributo destes subsídios para as despesas de formação é ‘satisfatório’ ou ‘muito’ para 66% dos inquiridos. No que se refere ao contributo dos subsídios da formação para as despesas do agregado familiar, o impacto é menor, 77% dos adultos respondeu que estes subsídios não são significantes

Gráfico n.º 8 – Contribuição dos subsídios da formação, para as despesas de formação

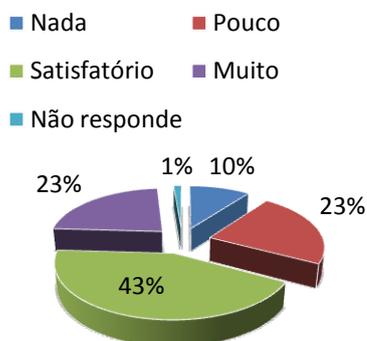
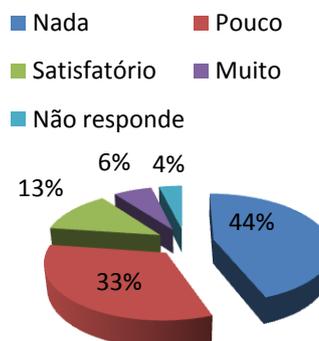


Gráfico n.º 9 – Contribuição dos subsídios de formação, para as despesas do agregado familiar



Fonte: Elaboração própria, recorrendo aos dados recolhidos na amostra

Relativamente ao peso dos subsídios de formação no rendimento de agregado familiar (quadro n.º 8), verifica-se que 86% dos inquiridos respondeu que estes representam “*menos de metade do rendimento do agregado familiar*”.

Quadro n.º 8 - Questão IX: O que recebe de subsídios de formação, representa:

	Frequência	Percentagem
Menos de metade do rendimento do agregado familiar (<50%)	68	86%
Cerca de metade do rendimento do agregado familiar (=50%)	1	1%
Mais de metade do rendimento do agregado familiar (>50%)	3	4%
Omissos	7	9%
Total	79	100%

No quadro n.º 9, inerente à questão relacionada com o rendimento líquido mensal, importa referir que 30% dos adultos responderam que o seu rendimento mensal se situa “*entre €419,22 e €485,00*” traduzindo bem a representatividade da amostra. Este valor traduz o valor do IAS (€419,00) e o valor da RMMG (€485,00). No que diz respeito ao rendimento mensal do agregado familiar, 30% dos participantes referiu que é superior a €964,00, conforme quadro n.º11A em anexo, este valor poderá justificar-se pelos resultados obtidos no quadro n.º 9, tendo em consideração o intervalo de valores apresentado para duas pessoas.

Quadro n.º 9 - Qual o seu rendimento líquido mensal?

	Frequência	Percentagem
Menos que € 189,52	15	19%
Entre €189,52 e € 419,22	13	16%
Entre € 419,22 e € 485,00	24	30%
Superior a € 485,00	18	23%
Omissos	9	11%
Total	79	100%

Observações: Os valores considerados para efeitos de estimativas de rendimentos, foram o valor do Indexante de Apoios Sociais, o valor da remuneração mínima mensal garantida e o valor do rendimento social de inserção tendo em conta o n.º de elementos do agregado familiar, a vigorar na data de construção e aplicação do questionário que se reporta ao mês junho de 2012.

Tendo em consideração a questão n.º3: **“Quais os níveis de rendimento dos indivíduos dos Cursos EFA?”**, e face aos indicadores apresentados, constata-se que os subsídios obtidos com a formação tem pouca representatividade no orçamento familiar. Observando-se também que este representa para a maior parte dos inquiridos menos de metade do rendimento mensal do agregado familiar. Cerca de metade dos participantes auferem rendimentos mensais que se situem entre € 419,22 e ligeiramente superiores a €485,00. Sendo este o intervalo de valores de referência para rendimentos auferidos pelos inquiridos.

Os resultados quanto ao contributo da formação e as perspetivas da mesma face ao aumento de qualificações, à valorização da experiência pessoal/profissional, ao aumento de competências pessoais, à aquisição de conhecimentos, melhorar relações interpessoais, aumentar a autoestima expressos nos quadros n.º 12A, 13A e 14A em anexo. Darão resposta às questões:

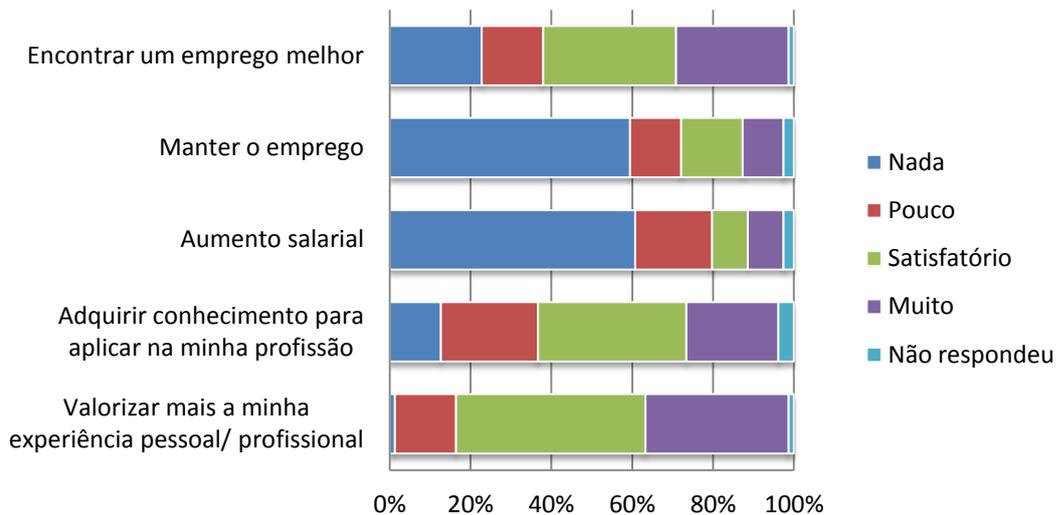
Q4: “Os Cursos EFA são potenciadores de autoestima e autonomia dos indivíduos?”

Q5: “Os Cursos EFA são geradores de inserção social?”

Sendo que metade da distribuição da amostra considera que a formação contribui satisfatoriamente ou muito para aumentar competências pessoais. Relativamente ao emprego nem todas as variáveis seguem esta tendência, já que existe um número significativo de formados em situação de desemprego. no entanto mais de metade dos inquiridos detém expectativas positivas da formação face a *“encontrar um emprego melhor”*. No que se refere aos contributos da formação ao nível de aptidões pessoais, como: estimular o gosto pela leitura, pela escrita, aumentar a vontade de aprender, ganhar auto confiança, uma parte significativa da amostra respondeu que a formação contribuiu muito positivamente. Considerando os dados recolhidos e a análise efetuada, conclui-se que a formação concorre para inserção social destes indivíduos. Os seus reflexos são evidentes, pois através da mesma os indivíduos adquirem uma nova forma de estar, que influenciará os comportamentos profissionais e sociais destes formandos, emergindo no

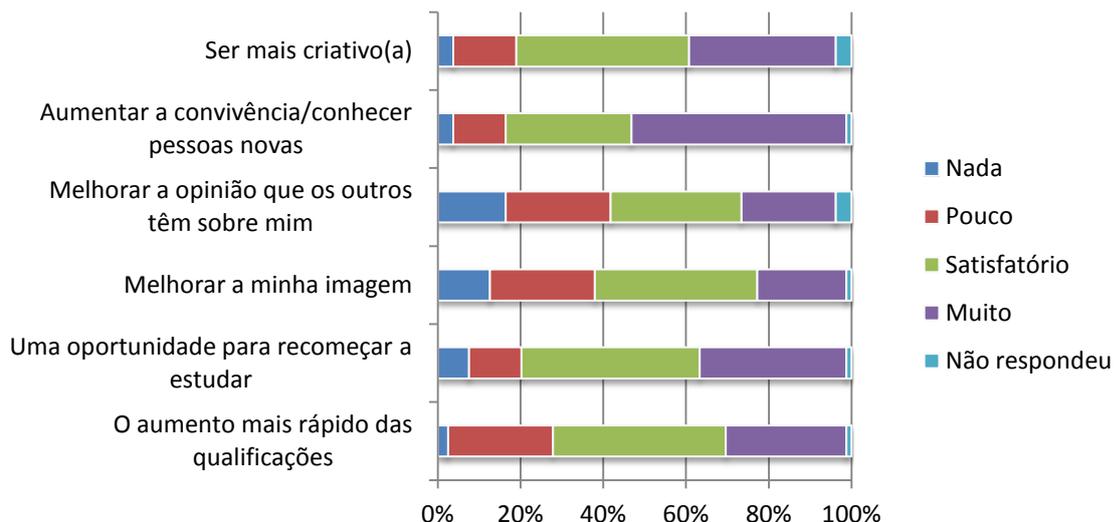
sentido de alterar rumos sociais que até ao momento permaneciam um ‘círculo fechado’. Assim senso poderá dizer-se que os Cursos EFA potenciadores de autoestima e responsabilidade social, bem como geradores de inserção social.

Gráfico n.º 10 – Contributos da formação ao nível profissional



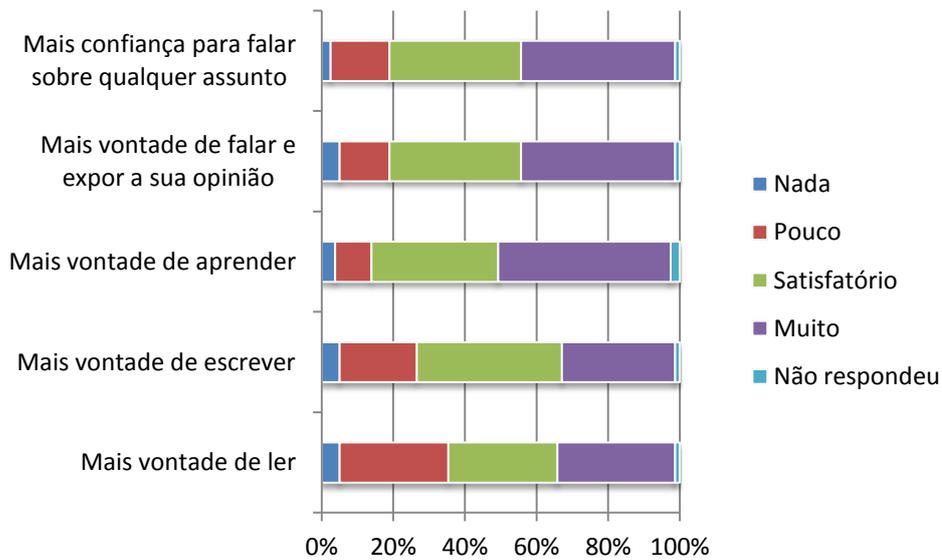
Fonte: Elaboração própria, recorrendo aos dados recolhidos na amostra

Gráfico n.º 11 – Contributos da formação ao nível pessoal



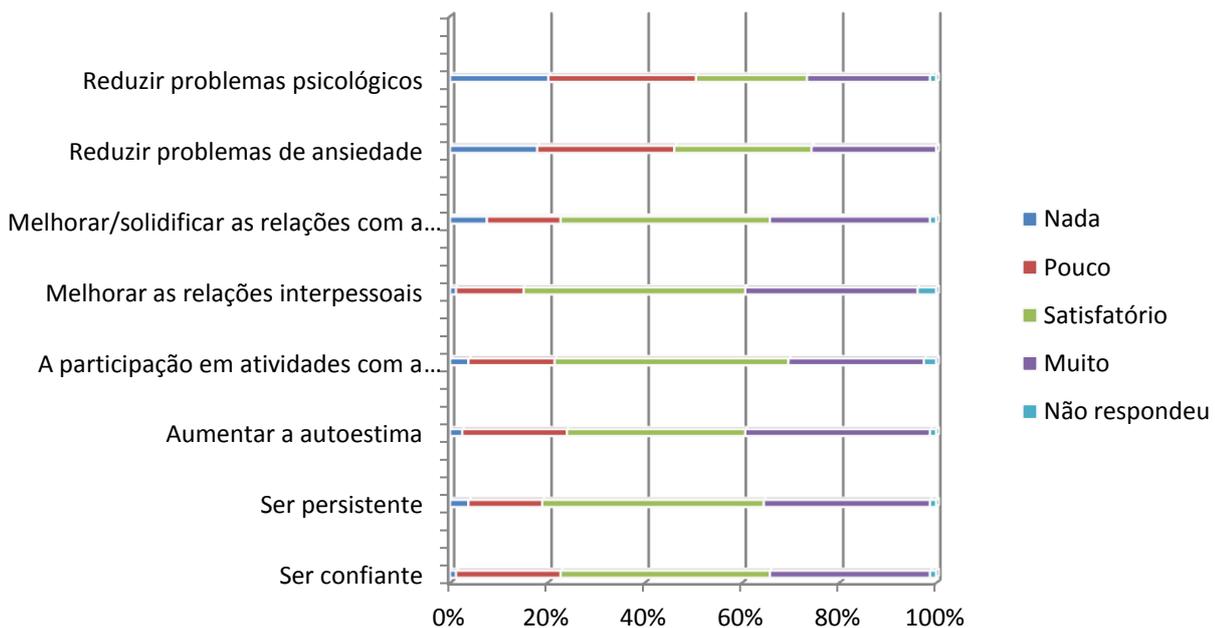
Fonte: Elaboração própria, recorrendo aos dados recolhidos na amostra

Gráfico n.º 12 - A formação permitiu adquirir:



Fonte: Elaboração própria, recorrendo aos dados recolhidos na amostra

Gráfico n.º 13 – Contributos da formação ao nível pessoal



Fonte: Elaboração própria, recorrendo aos dados recolhidos na amostra

Os resultados inerentes à última questão, solidificam a teoria de que a formação além do aumentar de habilitações e qualificar mão-de-obra, afliu para acrescentar valor a questões ligadas com a pretensão dos indivíduos relativamente á sua esfera social e laboral.

Gráfico n.º 14 - No final desta formação pretende continuar o seu percurso formativo?



Fonte: Elaboração própria, recorrendo aos dados recolhidos na amostra

Os resultados obtidos, permitem retirar ilações acerca da caracterização da amostra nomeadamente no que diz respeito ao investimento na formação como forma de um aumento qualificacional de Capital Humano e geradora de oportunidades fomentadas pela inserção social. No que concerne ao emprego e neste caso em particular, a formação tem um impacto pouco significativo influenciando positivamente os níveis de empregabilidade. A idade dos participantes também poderá ser um fator que influencia o emprego. A importância de estudos futuros no que concerne ao aumento de empregabilidade face à qualificação dos indivíduos será uma forma de combater lacunas, face à limitação dos resultados obtidos.

Capítulo V – A formação como instrumento de inclusão social

Após a análise e discussão de resultados, concluímos que a formação se reveste de um caráter inclusivo. Atuando sob a forma de política social, pois objetiva a inserção social de um público composto por indivíduos na maioria dos casos em situação de desemprego, situação de trabalho precário e com baixos níveis de escolarização. Os Cursos EFA são disso exemplo, pois além formar adultos, são a alavanca que aproxima o indivíduo da comunidade, possibilitando simultaneamente o aumento de qualificações. Os adultos mais qualificados por sua vez, estão mais preparados para o acesso ao emprego, sendo esta, uma variável inclusiva e a chave que poderá dar novos contornos à vida destes indivíduos.

A confiança social e económica é cada vez mais avassalada pela “*degradação*” dos postos de trabalho, pelos contratos de trabalho que cessam a qualquer momento, pelo desemprego que aumenta de dia para dia, “*mas também pelo enfraquecimento de laços sociais*” como assinala Paugam (2003). Neste parâmetro encontra-se bem presente a certeza pela necessidade das lutas que demarcam e defendem a identidade. Os que estão na posição oposta, os mais vulneráveis, percebem o real sentido das necessidades concretas daquele grupo de pertença e desta forma aproximam-se da “*verdadeira igualdade de oportunidades ao nível público*”. (Fraser, 1992). Assim sendo há uma crescente necessidade de estruturar o ‘*próprio espaço público*’ e adequá-lo a um lugar pertencente às minorias que dele fazem parte de forma a tornar a sociedade mais inclusiva. “*(...) As formações que contemplem a contestação entre a pluralidade de públicos concorrentes promovem melhor o ideal da paridade da participação do que um espaço público único, compreensivo, abrangente*”. (Fraser, 1992). As políticas sociais quando aplicadas têm como objetivo prioritário a reintegração/integração destes grupos na sociedade aplicando medidas que lhes “*devolvem*” projetos de vida que promovem a sua inclusão social e uma cidadania que incentiva a participação dos indivíduos na sociedade. O Estado através das entidades competentes, ativa mecanismos sob a forma de uma cidadania ativa que leva à inserção estes de grupos de indivíduos através de uma cidadania subordinada, sob diversas formas de

participação na sociedade. A formação adquire um papel fundamental para a inclusão dos indivíduos na sociedade, este tipo de programas de inserção promove a sua inclusão e as vivências dando ênfase a um tipo de cidadania ativa, que lhes dará a promoção na sociedade. Este será o caminho a seguir, que se traduz numa nova forma, de estar permite quebrar estigmas associados à pobreza e à vulnerabilidade, apresentando inversão dos cenários que representavam dependência e fracassos.

Conclusão

Os pressupostos que originaram o presente trabalho, consistiram em realizar uma caracterização do impacto da formação e a sua relatividade face ao Capital Humano, nos níveis de empregabilidade e na inserção social. Face aos resultados obtidos as ilações consolidam a teoria de que o capital humano é proporcional à evolução social. A educação como fator necessário ao desenvolvimento económico, surge como uma forma de aumentar o Capital Humano, que por sua vez gera recursos que permitem a evolução humana e tecnológica. As políticas sociais assumem a responsabilidade, de através dos mais variados percursos educativos promoverem o acesso ao ensino e o aumento de qualificações a toda uma geração. Uma população instruída, traduz mão-de-obra qualificada e flexível, apta a todas alterações sócio económicas que surgem constantemente. Por conseguinte, apesar do valor da educação ser meritório, nem sempre produz efeitos positivos face ao mercado de trabalho. Constando-se acima de tudo que o aumento de habilitações dos indivíduos remete por elevar essencialmente os níveis de inserção social. O investimento na formação caracteriza-se para um vetor de crescimento económico, sendo promotor de sinergias que reproduzem efeitos auspiciosos ao nível pessoal e laboral. O estudo de caso, permitiu retirar conclusões através do estudo de um caso particular, que de uma certa forma se reflete na população em geral. Os resultados demonstram que os adultos apresentam baixos níveis de habilitações, detendo 44% dos participantes apenas o 4.º ano de escolaridade. A maioria dos inquiridos encontra-se em situação de desemprego (57%), contudo 81% dos participantes detém expectativas positivas da formação face ao emprego. No que concerne aos resultados obtidos do impacto da formação face a aspetos pessoais, 90% dos adultos afirmam que a formação é um incentivo à participação social, estimulando a expressão verbal e fomentando as competências pessoais. Os resultados obtidos no estudo de caso permitem retirar ilações que comprometem a relatividade existente entre a formação e a participação social, sendo suscetíveis do aumento de Capital Humano e Capital Social respetivamente.

Bibliografia

- ALBARELLO, L., DIGNEFFE, F., HIERNEUX, J.P., Maroy, C., RUQUOY, D., SAINT – Georges, P., (1995) *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais, Trajectos – Gravida*.
- BARROS, P. Pedro (1997) *Conselho Económico Social, Problemas atuais da Política Económica Portuguesa: Crescimento, Desemprego, Participação na União Europeia – Lisboa, Série de Estudos e Documentos*, pp.11-53.
- BECKER, G. (1994) *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis With Special Reference to Education* Chicago: The University of Chicago Press - [On line publications: <http://www.nber.org>], [Acedido em: 27/06/2012]
- BECKER, G. (2006) *The Concise Encyclopedia of Economics, Human Capital*, Library Economics Liberty - [On line publications: www.econlib.org/library/Enc/HumanCapital.html], [Acedido em: 27/06/2012]
- CABUGUEIRA, A (2002) *Contributos Reflexivos para o Estudo das Relações entre a Educação e o Desenvolvimento. Working paper in Gestão e Desenvolvimento*, pp. 193-233.
- CALMFORS, L. (1994) *Active Labour Market Policy and Unemployment – A Framework for the analysis os crucial design features*, working papers, OCDE Economic Studies No.22, Spring 1994 online publications - [On line publications: <http://www.oecd.org/social/labour>], [Acedido em 04/04/2013]
- Folha Informativa da RIIBES, n.º 37 janeiro de 2012, Rede de informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior, INE, pp.08-09.
- FUENTE, A. (2011), *Human capital and productivity , Economic Analysis*, Working Paper n.º 11/03 .Madrid, February - [On line publications: http://research.barcelonagse.eu/tmp/working_papers/530.pdf], [Acedido em: 25/06/2012]
- GUIMARÃES, R., CABRAL. J.A.S (2011) *Estatística*, 2.º Edição, Faculdade de Engenharia do Porto.

- HENRIQUES, Mário (1997) *Capital Humano – repensar as organizações, descontinuidades do Futuro, Desemprego e Emprego no Mundo*, Editora Económica.
- Hill M. Magalhães. e Hill Andrew (2009), *Investigação por Questionário*, 2.º Edição, Edições Sílabo, Lisboa.
- MELO. A., Lima. L.C., Almeida. M. (2002) *Novas Políticas da Educação e Formação de Adultos – O Contexto Internacional e a Situação Portuguesa*, 1.º Edição, Grafis, maio.
- BELLAMY, Richard (1990) *Victorian Liberalism – Nineteenth political thought and practice*, 1. Great Britain. *Political ideologies: Liberalism history*.
- MURTEIRA, Mário (1990) *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*, Editorial Presença, Lisboa.
- MINCER, Jacob(2003) *Experience and the Distribution of Earnings*, published in: *Review of Economics of the Household*, 2003, 1 (4), 343-361-[On line publications: <http://ideas.repec.org>], [Acedido em: 25/06/2012]
- OLIVEIRA, Sílvio Luiz de Oliveira (1997) *Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas*, TGI; TCC, monografia, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira.
- PARDAL, L. e CORREIA. E. (1995) *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, 1.º Edição, Areal Editores.
- PAUGAM, Serge (2003) *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Coleção Educação e Trabalho social 6. Porto: Porto Editora.
- R. GHIGLIONE e B. MATALON (1993) *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras. Celta Editora.
- SILVA, Sandra Sofia Brito (2008) - *Capital humano e capital social: construir capacidades para o desenvolvimento dos territórios*, Junho 2010 - Tese de Mestrado, Faculdade de Letra – Universidade de Lisboa - [On line publications: <http://repositorio.ul.pt>], [Acedido em: 13-03-2013]

- Sistema Educativo Nacional em Portugal – Breve evolução Histórica do Sistema Educativo, Ministério da Educação em Portugal pp.16-26 - [On line publications: <http://www.oei.es/quipu/portugal/historia.pdf>], [Acedido em: 14/03/2012]
- WIBOWO, K. (1999), *Human Capital Improvement: The Key for the Success of Economic Development*. Working Paper in Economics and Development Studies n.º 199902, Department of Economics, Padjadjaran University, March - [On line publications: <http://papers.ssrn.com>], [Acedido em: 25/06/2012]
- WINTERS, John V., 2010. "Human Capital Externalities and Employment Differences across Metropolitan Areas of the U.S,"MPRA Paper 22434, University Library of Munich, Germany - [On line publications: <http://ideas.repec.org/>], [Acedido em:22/04/2013]
- XIAO, Jin., (2001) Determinants of Employee Salary Growth in Shanghai: An Analysis of Formal Education, On-the-Job Training, and Adult Education With a Three-level Model, *The China Review*, Vol.1 No.1 (Fall 2001), pp.73-110 - [On line publications: <http://www.chineseupress.com>], [Acedido em:22/04/2013]
- Kluve.J. et al (2010) *Ative Labour Market Policy Evaluations: A Meta-Analysis* - [On line publications: <http://ideas.repec.org>], [Acedido em: 03/04/2013]
- YAMAMOTO, Yukiko.(2011) *Mapping Human Capital for Self-Employment: Education for job creation – An Alternative approach to youth unemployment*. Doctoral Dissertation, University of Pittsburg. - [On line publications: <http://d-scholarship.pitt.edu>], [Acedido em:22/04/2013]
- YIN, Robert K. (1994),*Estudo de Caso: planejamento e métodos*, trad. Daniel Grassi – 2.º edição – Porto Alegre: Bookman, 2001.

Legislação

Portaria n.º 230/2008 de 7 de Março

Lei n.º 45/2005 de 29 de Agosto

Portaria 370/2008 de 21 de Maio

Despacho 18227/2008 de 8 de Julho

Portaria n.º 230/2008 de 7 de Março

Lei n.º 45/2005 de 29 de Agosto

Decreto-Lei n.º 283/2003 de 8 de Novembro

Despacho n.º 17658/2010, de 25 de Novembro

Sítios

<http://dre.pt>

<http://www.ces.pt/acedido>

<http://www.cruzine.com>

<http://www.igfse.pt>

<http://www.ine.pt>

<http://www.novasoportunidades.gov.pt>

<http://www.poph.qren.pt>

<http://www.pordata.pt>

<http://www2.seg-social.pt>

Anexos

Anexo I. Pré- Questionário

QUESTIONÁRIO

O presente questionário tem como objetivo recolher informação por forma averiguar se os Cursos de Educação e Formação de Adultos contribuem para a inserção social e profissional dos Adultos que frequentam este tipo de formação.

Este questionário enquadra-se na preparação do meu projeto de dissertação no âmbito do Mestrado em Economia Social, da Universidade do Minho.

Para a elaboração deste estudo, necessito da sua participação. Peço por isso que leia atentamente as questões que se seguem e que responda a cada uma delas com o máximo de sinceridade. Todas as informações que prestar são confidenciais e destinam-se apenas fins de investigação.

Obrigada pela sua colaboração.

Data:

Mestranda: Adriana Pereira

QUESTIONÁRIO

Este questionário é estritamente confidencial. Destina-se exclusivamente à recolha de informação com vista à avaliação do perfil profissional e social dos formandos, para fins estritamente académicos. Agradeço desde já que responda com verdade às questões apresentadas.

Obrigada.

Curso: _____

I. Género

Masculino Feminino

II. Idade

18-28 29-39 40-50 51-61 >=61

III. Habilitações Literárias

4.º ano 5.º ano 6.º ano 7.º ano 8.º ano 9.º ano

10.º ano 11.º ano

IV. Com esta formação, pretende concluir que nível de escolaridade:

1.º Ciclo 2.º Ciclo 3.º Ciclo Secundário

V. Situação face ao emprego

Empregado(a) Sim Não

Se SIM, responda ao ponto VI.
Se NÃO, responda ao ponto VII.

VI. Empregado(a)

Trabalhador por conta de outrem Contrato da termo

Contrato sem termo

Qual a profissão? _____

Trabalhador por conta própria

Trabalhador Independente

Outra Qual? _____

VII. Desempregado(a)

À procura do primeiro emprego

Desempregado(a) < 12 meses

Desempregado(a) > 12 meses

Qual a última profissão que exerceu? _____

VIII. Atualmente está a beneficiar de algum tipo de subsídio

Sim Não

Se respondeu SIM, qual? Subsídio de desemprego

Subsídio Social de Desemprego

Rendimento Social de Inserção

Pensão de Reforma

Outro Qual? _____

IX. Qual o motivo que o(a) levou a frequentar a formação?

IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional)

Programa de Inserção Social

Motivos Profissionais

Motivos Pessoais Quais? _____

Outro Qual? _____

X. Acha que a formação poderá facilitar - lhe a obtenção de um emprego?

Sim Não

XI. Por quantos elementos é constituído o seu agregado familiar?

N.º de elementos 1 2 3 4 5 6 Outro Quantos

Quantos têm menos de 18 anos?

XII. Em que medida considera que os subsídios referentes à formação são importantes?

Classifique numa escala de 1 a 6 consoante o grau de importância:

Nada (1) Muito Pouco(2) Pouco(3) Moderadamente(4) Satisfatório(5) Muito(6)

Contribuem para as despesas de formação 1 2 3 4 5 6

Contribuem para as despesas genéricas do agregado familiar 1 2 3 4 5 6

XIII. O que recebe de subsídios de formação, representa:

Menos de metade do rendimento do agregado familiar (< 50%)

Cerca de metade do rendimento do agregado familiar (= 50%)

Mais de metade do rendimento do agregado familiar (> 50%)

XIV. Qual o seu rendimento líquido mensal?

Menos que €189,52

Entre , €189,52 e €422,19

Entre , €419,22 e €485,00

Superior a €485,00

XV. Qual o rendimento líquido do agregado familiar?

- <= €189,52
- Entre €189,52 e €284,28
- Entre €284,28 e €549,60
- Entre €549,60 e €644,36
- Entre €644,36 e €848,44
- Entre €848,44 e €964,00
- > €964,00

XVI. Considera que a formação contribui para:

Classifique numa escala de 1 a 6 consoante o grau de importância:

- O aumento mais rápido das qualificações
- Valorizar mais a minha experiência pessoal/profissional
- Uma oportunidade para recomeçar a estudar
- Adquirir conhecimento para aplicar na minha atividade profissional
- Aumento salarial
- Manter o emprego
- Encontrar um emprego melhor
- Melhorar a minha imagem
- Melhorar a opinião que os outros tem sobre mim
- Aumentar a convivência/conhecer pessoas novas
- Ser mais criativo(a)
- Obter um computador

1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6

Outra Qual? _____

XVII. Com esta formação sente que adquiriu:

Classifique numa escala de 1 a 6 consoante o grau de importância:

- Mais vontade de ler
- Mais vontade de escrever
- Mais vontade de aprender
- Mais vontade de falar e expor a sua opinião
- Mais confiança para falar sobre qualquer assunto

1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6

Outra Qual? _____

XVIII. A nível pessoal sente que a formação contribuiu para:

Classifique numa escala de 1 a 6 consoante o grau de importância:

Ser confiante	1	2	3	4	5	6
Ser persistente	1	2	3	4	5	6
Aumentar a autoestima	1	2	3	4	5	6
A participação em atividades com a comunidade	1	2	3	4	5	6
Melhorar as relações interpessoais	1	2	3	4	5	6
Melhorar/solidificar as relações com a família/amigos	1	2	3	4	5	6
Reduzir problemas de ansiedade	1	2	3	4	5	6
Reduzir problemas psicológicos	1	2	3	4	5	6

Outra Qual? _____

Anexo II. Questionário

QUESTIONÁRIO N.º __

O presente questionário tem como objetivo recolher informação por forma averiguar se os Cursos de Educação e Formação de Adultos contribuem para a inserção social e profissional dos Adultos que frequentam este tipo de formação.

Este questionário enquadra-se na preparação do meu projeto de dissertação no âmbito do Mestrado em Economia Social, da Universidade do Minho.

Para a elaboração deste estudo, necessito da sua participação. Peço por isso que leia atentamente as questões que se seguem e que responda a cada uma delas com o máximo de sinceridade. Todas as informações que prestar são confidenciais e destinam-se apenas fins de investigação.

Obrigada pela sua colaboração.

Junho de 2012

Mestranda: Adriana Pereira

QUESTIONÁRIO

Este questionário é estritamente confidencial. Destina-se exclusivamente à recolha de informação com vista à avaliação do perfil profissional e social dos formandos, para fins estritamente académicos. Agradeço desde já que responda com verdade às questões apresentadas.

Obrigada.

Curso EFA Nível Escolar B2 – Dupla Certificação

Curso EFA Nível Escolar B2

Curso EFA Nível Escolar B3

Curso EFA Nível Escolar Secundário

I. Situação face ao emprego

Empregado(a) Sim Não Se SIM, responda ao ponto VI.

Se NÃO, responda ao ponto VII.

II. Empregado(a)

Trabalhador por conta de outrem Contrato a termo

Qual a profissão? _____ Contrato sem termo

Trabalhador por conta própria

Trabalhador Independente

Outra Qual? _____

III. Desempregado(a)

À procura do primeiro emprego

Desempregado(a) < 12 meses

Desempregado(a) > 12 meses

Qual a última profissão que exerceu? _____

IV. Atualmente está a beneficiar de algum tipo de subsídio?

Sim Não **Se respondeu SIM, qual?**

Subsídio de desemprego

Subsídio Social de Desemprego

Rendimento Social de Inserção

Pensão de Reforma

Outro Qual? _____

V. Qual o motivo que o(a) levou a frequentar a formação?

IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional)

Programa de Inserção Social

Motivos Profissionais

Motivos Pessoais Quais? _____

Outro Qual? _____

VI. Acha que a formação poderá facilitar - lhe a obtenção de um emprego?

Sim Não

VII. Por quantos elementos é constituído o seu agregado familiar?

N.º de elementos 1 2 3 4 5 6 Outro Quantos

Quantos têm menos de 18 anos?

VIII. Em que medida considera que os subsídios referentes à formação são importantes?

*Classifique numa escala de 1 a 6 consoante o grau de importância:
Nada (1) Pouco(2) Satisfatório(3) Muito(4)*

Contribuem para as despesas de formação 1 2 3 4

Contribuem para as despesas genéricas do agregado familiar 1 2 3 4

XIX. O que recebe de subsídios de formação, representa:

Menos de metade do rendimento do agregado familiar (< 50%)

Cerca de metade do rendimento do agregado familiar (= 50%)

Mais de metade do rendimento do agregado familiar (> 50%)

X. Qual o seu rendimento líquido mensal?

Menos que €189,52

Entre €189,52 e €419,22

Entre €419,22 e €485,00

Superior a €485,00

XI. Qual o rendimento líquido do agregado familiar?

<= €189,52

Entre €189,52 e €284,28

Entre €284,28 e €549,60

Entre €549,60 e €644,36

Entre €644,36 e €848,44

Entre €848,44 e €964,00

> €964,00

XII. Considera que a formação contribui para:

*Classifique numa escala de 1 a 6 consoante o grau de importância:
Nada (1) Pouco(2) Satisfatório(3) Muito(4)*

- O aumento mais rápido das qualificações
- Valorizar mais a minha experiência pessoal/profissional.....
- Uma oportunidade para recomeçar a estudar.....
- Adquirir conhecimento para aplicar na minha profissão.....
- Aumento salarial.....
- Manter o emprego.....
- Encontrar um emprego melhor.....
- Melhorar a minha imagem.....
- Melhorar a opinião que os outros tem sobre mim.....
- Aumentar a convivência/conhecer pessoas novas.....
- Ser mais criativo(a).....
- Obter um computador.....

1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4

Outra Qual? _____

XVIII. Com esta formação sente que adquiriu:

*Classifique numa escala de 1 a 6 consoante o grau de importância:
Nada (1) Pouco(2) Satisfatório(3) Muito(4)*

- Mais vontade de ler.....
- Mais vontade de escrever.....
- Mais vontade de aprender.....
- Mais vontade de falar e expor a sua opinião.....
- Mais confiança para falar sobre qualquer assunto.....

1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4

Outra Qual? _____

XIV. A nível pessoal sente que a formação contribuiu para:

*Classifique numa escala de 1 a 6 consoante o grau de importância:
Nada (1) Pouco(2) Satisfatório(3) Muito(4)*

- Ser confiante.....
- Ser persistente.....
- Aumentar a autoestima.....
- A participação em atividades com a comunidade.....
- Melhorar as relações interpessoais.....
- Melhorar/solidificar as relações com a família/amigos...
- Reduzir problemas de ansiedade.....
- Reduzir problemas psicológicos.....

1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4
1	2	3	4

Outra Qual? _____

XV. Género

Masculino Feminino

XVI. Idade

18-28 29-39 40-50 51-61 >=61

XVII. Habilitações Literárias

4.º ano 5.º ano 6.º ano 7.º ano 8.º ano 9.º ano
10.º ano 11.º ano

XVIII. Com esta formação, pretende concluir que nível de escolaridade?

1.º Ciclo 2.º Ciclo 3.º Ciclo Secundário

XIX. No final desta formação pretende continuar o seu percurso formativo?

Sim Não

Anexo III. Apêndice de Quadros

Quadro n.º 1A – Questões que integram o questionário

Características da amostra: Idade, género, habilitações, agregado familiar

Situação face os emprego

Rendimento

Contributos da formação ao nível pessoal e laboral

Quadro n.º 2A – Níveis de escolaridade dos participantes

	Frequência	Percentagem
4.º Ano de escolaridade	35	44%
5.º Ano de escolaridade	2	3%
6.º Ano de escolaridade	13	16%
7.º Ano de escolaridade	1	1%
8.º Ano de escolaridade	1	1%
9.º Ano de escolaridade	22	28%
10.º Ano de escolaridade	3	4%
11.º Ano de escolaridade	2	3%
Total	79	100%

Quadro n.º 3A - Distribuição da amostra em função das idades dos formandos

	Frequência	Percentagem
18-28	22	28%
29-39	11	14%
40-50	28	35%
51-61	17	22%
>=61	0	0%
Omissos	1	1%
Total	79	100%

Quadro n.º 4A - Distribuição da amostra face ao emprego

	Frequência	Percentagem
Empregado	33	42%
Não empregado(a)	45	57%
Omissos	1	1%
Total	79	100%

Observação: a rubrica 'Não empregado(a)', contempla os formandos desempregados e pensionistas

Quadro n.º 5A - Distribuição da amostra face ao tipo de trabalhador

	Frequência	Percentagem
Trabalhador por conta de outrem	30	90%
Trabalhador por conta própria	2	6%
Trabalhador independente	1	3%
Total	33	100%

Observação: Teve-se em consideração o número de formandos empregados(a), segundo o tipo de trabalhador na questão II, (n=33).

Quadro n.º 6A- Distribuição da amostra face ao tipo de contrato

	Frequência	Percentagem
Contrato a termo	11	36%
Contrato sem termo	16	53%
Outros	3	1%
Total	30	100%

Observação: Teve-se em consideração o número de formandos empregados(a), com algum tipo de contrato na questão II, (n=30).

Quadro n.º 7A- Distribuição da amostra em função do tipo de subsídio obtido

		Frequência	Percentagem
Tipo de subsídio	Subsídio de desemprego	19	49%
	Subsídio social de desemprego	2	5%
	Rendimento Social de inserção	4	10%
	Pensão de reforma	3	8%
	Outro	7	18%
	Omissos	4	10%
Total		39	100%

Observação: Teve-se em consideração o número de indivíduos que referiu que está atualmente a receber algum tipo de subsídio na questão IV, (n=39).

Quadro n.º 8A - Distribuição da amostra em função do motivo que levou a frequentar a formação

	Frequência	Percentagem
IEFP	21	26%
Programa de Inserção Social	4	5%
Motivos Profissionais	11	13%
Motivos Pessoais	41	50%
Outro	4	5%
Omissos	1	1%
Total	82	100%

Observação: O total de respostas n=82, deve-se ao facto de, 3 formandos terem indicado dois motivos que levaram a frequentar a formação.

Quadro n.º 9A - Questão VII: Por Quantos elementos é constituído o seu agregado familiar?

	Frequência	Percentagem
1 Elemento	4	5%
2 Elementos	14	18%
3 Elementos	29	37%
4 Elementos	24	30%
5 Elementos	5	6%
6 Elementos	0	0%
Outro	2	3%
Omissos	1	1%
Total	79	100%

Quadro n.º 10A - Questão VIII. Em que medida considera que os subsídios referentes à formação são importantes?

		Frequência	Percentagem
Contribuem para as despesas de formação	Nada	8	10%
	Pouco	18	23%
	Satisfatório	34	43%
	Muito	18	23%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%
Contribuem para as despesas genéricas do agregado familiar	Nada	35	44%
	Pouco	26	33%
	Satisfatório	10	13%
	Muito	5	6%
	Omissos	3	4%
	Total	79	100%

Observações: os subsídios de formação incluem o subsídio de transporte e o subsídio de alimentação.

Quadro n.º 11A - Questão XI. Qual o rendimento líquido do agregado familiar?

	Frequência	Percentagem
< = € 189,52	4	5%
Entre € 189,52 e € 284,28	2	3%
Entre € 284,28 e € 549,60	18	23%
Entre €549,60 e € 644,36	3	4%
Entre € 644,36 e € 848,44	11	14%
Entre € 848,44 e €964,00	10	13%
> €964,00	24	30%
Omissos	7	9%
Total	79	100%

Quadro n.º 12A– Questão XIII. Com esta formação sente que adquiriu:

		Frequência	Percentagem
Mais vontade de ler	Nada	4	5%
	Pouco	24	30%
	Satisfatório	24	30%
	Muito	26	33%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%
Mais vontade de escrever	Nada	4	5%
	Pouco	17	22%
	Satisfatório	32	41%
	Muito	25	32%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%
Mais vontade de aprender	Nada	3	4%
	Pouco	8	10%
	Satisfatório	28	35%
	Muito	38	48%
	Omissos	2	3%
	Total	79	100%
Mais vontade de falar e expor a sua opinião	Nada	4	5%
	Pouco	11	14%
	Satisfatório	29	37%
	Muito	34	43%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%
Mais confiança para falar sobre qualquer assunto	Nada	2	3%
	Pouco	13	16%
	Satisfatório	29	37%
	Muito	34	43%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%

Quadro n.º 13A- Questão XII: Considera que a formação contribuiu para:

		Frequência	Percentagem
<i>O aumento mais rápido das qualificações</i>	Nada	2	3%
	Pouco	20	25%
	Satisfatório	33	42%
	Muito	23	29%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%
<i>Valorizar mais a minha experiência pessoal/ profissional</i>	Nada	1	1%
	Pouco	12	15%
	Satisfatório	37	47%
	Muito	28	35%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%
<i>Uma oportunidade para recomeçar a estudar</i>	Nada	6	8%
	Pouco	10	14%
	Satisfatório	34	43%
	Muito	28	35%
	Omissos	1	1%
	Total	73	93%
<i>Adquirir conhecimento para aplicar na minha profissão</i>	Nada	10	13%
	Pouco	19	24%
	Satisfatório	29	37%
	Muito	18	23%
	Omissos	3	4%
	Total	79	100%
<i>Aumento salarial</i>	Nada	48	61%
	Pouco	15	19%
	Satisfatório	7	9%
	Muito	7	9%
	Omissos	2	3%
	Total	79	100%
<i>Manter emprego</i>	Nada	47	59%
	Pouco	10	13%
	Satisfatório	12	15%
	Muito	8	10%
	Omissos	2	3%
	Total	79	100%
<i>Encontrar um emprego melhor</i>	Nada	18	23%
	Pouco	12	15%
	Satisfatório	26	33%
	Muito	22	28%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%
<i>Melhorar a minha imagem</i>	Nada	10	13%
	Pouco	20	25%
	Satisfatório	31	39%

Continuação na página 88

Continuação do quadro n.º 13A

	Muito	17	22%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%
<i>Melhorar a opinião que os outros tem sobre mim</i>	Nada	13	16%
	Pouco	20	25%
	Satisfatório	25	32%
	Muito	18	23%
	Omissos	3	4%
	Total	79	100%
<i>Aumentar a convivência/conhecer pessoas novas</i>	Nada	3	4%
	Pouco	10	13%
	Satisfatório	24	30%
	Muito	41	52%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%
<i>Ser mais criativo(a)</i>	Nada	3	4%
	Pouco	12	15%
	Satisfatório	33	42%
	Muito	28	35%
	Omissos	3	4%
	Total	79	100%

Quadro n.º 14A - Questão XIV: A nível pessoal sente que a formação contribuiu para:

		Frequência	Percentagem
Ser confiante	Nada	1	1%
	Pouco	17	22%
	Satisfatório	34	43%
	Muito	26	33%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%
Ser persistente	Nada	3	4%
	Pouco	12	15%
	Satisfatório	36	46%
	Muito	27	34%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%
Aumentar a autoestima	Nada	2	3%
	Pouco	17	22%
	Satisfatório	29	37%
	Muito	30	38%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%
A participação em atividades com a comunidade	Nada	3	4%
	Pouco	14	18%
	Satisfatório	38	48%
	Muito	22	28%
	Omissos	2	3%
	Total	79	100%
Melhorar as relações interpessoais	Nada	1	1%
	Pouco	11	14%
	Satisfatório	36	46%
	Muito	28	35%
	Omissos	3	4%
	Total	79	100%
Melhorar/solidificar as relações com a família /amigos	Nada	6	8%
	Pouco	12	15%
	Satisfatório	34	43%
	Muito	26	33%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%
Reduzir problemas de ansiedade	Nada	14	18%
	Pouco	22	28%
	Satisfatório	22	28%
	Muito	20	25%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%

Continuação do quadro n.º 15A

Reduzir problemas psicológicos	Nada	16	20%
	Pouco	24	30%
	Satisfatório	18	23%
	Muito	20	25%
	Omissos	1	1%
	Total	79	100%

Anexo IV - Eixos de atuação do POPH

Atuação do POPH estruturada em 10 eixos prioritários

Eixo Prioritário 1	Qualificação Inicial
Eixo Prioritário 2	Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida
Eixo Prioritário 3	Gestão e Aperfeiçoamento Profissional
Eixo Prioritário 4	Formação Avançada
Eixo Prioritário 5	Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa
Eixo Prioritário 6	Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social
Eixo Prioritário 7	Igualdade de Género
Eixo Prioritário 8	Algarve
Eixo Prioritário 9	Lisboa
Eixo Prioritário 10	Assistência Técnica

Fonte: www.poph.gren.pt (acedido em 01/03/2012)

Eixo Prioritário 2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida e os seus objetivos:

- ✓ *Elevar os níveis de qualificação dos ativos - empregados e desempregados - assumindo o nível secundário como referencial de qualificação;*
- ✓ *Alargar as possibilidades de acesso à formação por parte dos ativos empregados, através da modulação e do ajustamento das ofertas;*
- ✓ *Garantir a capitalização das formações de curta duração, realizadas no quadro de um determinado percurso formativo, com vista à obtenção de uma qualificação correspondente a uma determinada saída profissional;*
- ✓ *Expandir e consolidar o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências;*
- ✓ *Diversificar as oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de novas metodologias para a aprendizagem ao longo da vida;*
- ✓ *Incrementar a Igualdade de Oportunidades entre ambos os sexos.*
- ✓ *Forte incremento da oferta de Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), como instrumento adequado à superação das lacunas de formação em adultos pouco escolarizados;*

- ✓ *Alargamento da rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC);*
- ✓ *Alargamento do referencial de competências que permitirá assegurar o processo de RVCC e a promoção de cursos EFA ao nível do ensino secundário;*
- ✓ *Forte incremento da procura de formação de base por parte dos vários grupos de adultos;*
- ✓ *Alargamento das possibilidades de acesso à formação por parte de ativos empregados, através da modulação e ajustamento das ofertas e da adoção de mecanismos de organização e repartição de custos de formação que assegurem a efetivação do direito individual à formação e que sejam compatíveis com a competitividade atual e futura das empresas;*
- ✓ *Promoção da gestão integrada das ofertas e da rede de estabelecimentos e cursos de ensino e formação de modo a garantir a eficácia na cobertura do território nacional e de públicos e uma monitorização adequada da oferta;*
- ✓ *Implementação, de um Sistema de Certificação de Qualidade regido por padrões internacionais e com reflexo nos critérios de financiamento, que permita qualificar as práticas formativas e os resultados alcançados.*